



## SUPERINTENDENCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPECOL

### PORTARIA Nº 002/SUPECOL/PMJP/2026

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

**CONSIDERANDO**, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

**CONSIDERANDO** que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

**CONSIDERANDO** que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

**CONSIDERANDO**, ainda, a inexistência, no momento, de outros servidores devidamente capacitados para a elaboração de editais e atos correlatos, circunstância que impõe a adoção de medida excepcional, devidamente motivada, a fim de assegurar a continuidade e a eficiência dos procedimentos licitatórios;

### RESOLVE:

**Art. 1º** Designar os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação lotados da SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações.

**Art. 2º** As atribuições previstas no artigo anterior deverão ser exercidas em estrita observância à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021, aos decretos regulamentadores e às normas internas aplicáveis, preservando-se o princípio da segregação de funções.

**Art. 3º** Fica revogada a Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 20 de janeiro de 2026.

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)  
**LOURRANT CANTÃO PESSOA**  
Superintendente de Compras e Licitações  
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

---

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

---



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 20/01/2026 às 08:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2352757** e o código verificador **5444B235**.

---

Docto ID: 2352757 v1



**DECRETO N. 2465, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025**

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 52 de 15/09/2025 \(ID 2041638\)](#),

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Ângelo Simões: Agente de Contratação/Presidente Pregoeiro;
- II - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- IV - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- V - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Ana Paula de Souza Meireles;
- II - Adriana Souza Leite;
- III - Izabelly Paiva Porfírio;
- IV - Vivian Vieira de Araújo
- V - Neurizete dos Santos

**Art. 2º** A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto n. 2273, de 11 de agosto de 2025, [\(ID 1957352\)](#).

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 16 de setembro de 2025.

*[assinado eletronicamente]*

**AFFONSO CÂNDIDO**  
**Prefeito**

---

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

---



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 19/09/2025 às 08:21, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2044611** e o código verificador **312BA8A5**.

---

Docto ID: 2044611 v1



**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**CADASTRO COMPRASNET: 90008/2026)**

**ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RONDÔNIA (980005)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 4536/2025 - SEMOSP**

**OBJETO:** Registro de Preços para a aquisição de equipamentos e ferramentas (*motosserra, betoneira, soprador de folha, compressor de ar, perfurador de solo, triturador de galho e outros*), necessários para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 20/02/2026 às 09:30h (*horário de Brasília*)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR ITEM

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PARTICIPAÇÃO:**

- Item de ampla participação
- Itens cota de até 25% reservados à participação de ME/EPP/EQUIPARADAS
- Itens exclusivos destinados à participação exclusiva de ME/EPP/EQUIPARADAS

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 1.291.551,85 (um milhão duzentos e noventa e um mil quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

**FONTE DE RECURSOS:**

02 PODER EXECUTIVO

02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS

020801 GABINETE DO SECRETARIO MUN. DE OBRAS

15 Urbanismo

15 122 Administração Geral

15 122 0001 Administrando Competência e Responsabilidade

15 122 0001 Manut. Atividades da Sec. Obras e Serv. Públicos

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

0.1.500 002.001 Recursos Próprios do Município

**FICHA ORÇAMENTÁRIA: 710**

**EDITAL:** Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br).

**INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-  
**Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br).**

**Ji-Paraná-RO, 04 de fevereiro de 2026.**

**Hevileny Mª C. L. Jardim**  
Presidente Pregoeira Interina  
Decreto nº 0100/GAB/PMJP/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/SUPECOL/PMJP/RO/2026**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PARTICIPAÇÃO – AMPLA, EXCLUSIVA E RESERVADA**

**(CADASTRO COMPRASNET: 90008/2026)**

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal nº 2465/GAB/PMJP/2025**, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO na forma eletrônica**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1.385/2023, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-4536/2025 – SEMOSP**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20 de fevereiro de 2026, às 09h30min.** (Horário de Brasília - DF)

**LOCAL (endereço eletrônico):** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**UASG: 980005**

## **1. DO OBJETO**

**1.1. Registro de Preços para a aquisição de equipamentos e ferramentas (*motosserra, betoneira, soprador de folha, compressor de ar, perfurador de solo, triturador de galho e outros*), necessários para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.**

**1.2.** A licitação será realizada em **26 (vinte e seis) itens**, conforme tabela constante do **ANEXO II do Edital**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3.** Nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, os itens **2, 6, 8 e 20** são destinados para **ampla participação**, os itens **9 e 21** são **COTAS** de até **25% reservados à participação de ME/MEI/EPP** e os itens **1, 3-5; 7, 10-19 e 22-26** são destinados à **participação exclusiva de ME/MEI/EPP** e equiparadas.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.**

**2.2.** Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

**2.3.** Não se aplica ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** Os itens **2, 6, 8 e 20** são destinados para ampla participação.

**3.6.** Os itens **9 e 21** são COTA de até 25% destinado à participação reservada à ME/MEI/EPP.

**3.7.** Os itens **1, 3-5; 7, 10-19 e 22-26** são destinados à participação exclusiva de ME/MEI/EPP.

**3.8.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

### **3.9. Não poderão disputar esta licitação:**

**3.9.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.9.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.9.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.9.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

**3.9.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.9.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.9.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.9.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.9.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.9.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.10.** O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.11.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.12.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.13.** O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.14.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.15.** A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

**4.4.** No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

**4.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.7.** A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



**4.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

**4.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.14.** **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

**4.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor **unitário do item**;

**5.1.2.** Marca;

**5.1.3.** Fabricante;

**5.1.4.** Quantidade.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1.** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.2.2.** **Todos os medicamentos deverão estar registrados na ANVISA.**

**5.3.** Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.7.1.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**5.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato**.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,10 (dez centavos)**.

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1.** A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

**6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

**6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**

**6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**

**6.18.** Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 2015.

**6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de



pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.21.2.2.** empresas brasileiras;

**6.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.22.1.** **Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até 10 (dez) minutos através do CHAT MENSAGEM ao ser convocada, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.**

**6.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.22.5.** **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

**6.22.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei nº

14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1.** SICAF;

**7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**7.1.4.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

**7.1.5.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos **vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros**. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

**7.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.6.1.** conter vícios insanáveis;

**7.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.7.** No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

**7.7.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.8.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**7.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**7.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**7.8.3.** No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

**7.8.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**7.9.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.10.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

**7.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**

**7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133 de 2021.

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29

de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

**8.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.7.** Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.10.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir**. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.11.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**8.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**8.12.** **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

**8.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.12.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.13.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.13.1.** **Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**

**8.13.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.14.** Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:



**8.14.1.** complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.14.2.** atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

**8.15.** Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

**8.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**8.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021.

**9.2.** O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**9.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**9.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**9.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**9.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**9.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**10.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**10.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

**10.1.2.** dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

**10.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**10.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**10.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**10.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**10.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**10.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto nº 11.462/23.

**10.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**10.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**10.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

**11.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será **de 10 (dez) minutos**.

**11.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do artigo 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico **[www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)** - Portal da Transparência.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**12.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**12.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**12.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**12.1.5.** fraudar a licitação

**12.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**12.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**12.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**12.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.2.1.** advertência;

**12.2.2.** multa;

**12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

**12.4.1.** Para as infrações previstas **nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**12.4.2.** Para as infrações previstas **nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita **no item 12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73 de 2022.

**12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

**13.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br) e confirmado através do telefone/whatsapp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

**13.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**13.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**14.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**14.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

**14.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**14.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

**14.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**14.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**14.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>



**14.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;**

**14.11.1.1. Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar**

**14.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);**

**14.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;**

**14.11.3.1. ANEXO III – A – Modelo de Declaração**

**14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;**

**14.11.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.**

## **15.1. DO FORO**

**15.1.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

**Ji-Paraná-RO, 04 de fevereiro de 2026.**

**Hevileny M<sup>a</sup> C. L. Jardim**  
Presidente Pregoeira Interina  
Decreto nº 0100/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

**1 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO** (Art.6º, XXIII, alínea a, da Lei nº 14.133/2021)

- 1.1. O Termo de Referente tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes (motosserra, betoneira, soprador de folha, compressor de ar, perfurador de solo, triturador de galho, estação de topografia, alisadora de piso, compactador de solo, máquina de solda, motopoda, pulverizador, podador, escada, placa vibratória, lavadora de alta pressão e roçadeira articulada e roçadeira fixa)**, necessários para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus Anexos.
- 1.2. A natureza do objeto é caracterizada como bens comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e Possibilidade de Prorrogação  
O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art.22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 c/c art. 12, §1º do Decreto Municipal nº1385/2024.
- 1.3.1. "Art. 12. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. § 1º O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos".*
- 1.4. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto contempla o fornecimento de bens com assistência técnica e serviços de manutenção corretiva durante o período de garantia.
- 1.4.1. O prazo contratual poderá ser prorrogado sucessivamente, até o limite legal, mediante justificativa da Administração, com vistas a assegurar a continuidade da assistência técnica, observados os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.
- 1.4.2. A prorrogação será formalizada por meio de termo aditivo, desde que reste demonstrada a vantajosidade da medida e a adequação da execução contratual.
- 1.4.3. A licitante vencedora será convocada para assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal expedida pela Administração, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. O não atendimento ao prazo estabelecido para assinatura, sem justificativa aceita, ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.
- 1.5. Especificações e quantitativos estimados estão descritos na tabela abaixo:

item	Código do Produto	Descrição do Produto	Quant.	Unidade Med.	Valor Unit. Médio (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
------	-------------------	----------------------	--------	--------------	-------------------------	----------------------------

1	054.001.024	<b>SOPRADOR DE FOLHAS, PROFICIONAL, A GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</b> Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 0,40 litros Cilindrada mínimo de 27,2cm³- Peso máximo de aproximadamente 4,5 kg Velocidade do ar no mínimo de 80 (m/s) Rotação de 2.500 e máxima de 7.500 rpm, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	20	UND.	1.413,00	28.260,00
2	059.001.264	<b>COMPRESSOR DE AR 120 PES</b> Compressor de ar 120 pés Motor de: 30 hp trifásico Tensão: 380/660V Vazão de: 120 pcm (3398 L/min) Pressão máxima de: 175 PSI (12,07 bar) Reservatório de: 500 litros	3	UND.	69.390,69	208.170,18
3	059.001.265	<b>COMPRESSOR DE AR 40 PES</b> Compressor de Ar de 40 Pés, Tensão: 220/380V Pressão de igual ou superior a 175 lb , Volume do Reservatorio: 250L Nº de Estagios: 2 Nº de Pistoes: 2-L	3	UND.	24.820,00	74.460,00
4	054.001.054	<b>SOPRADOR DE FOLHAS GASOLINA</b> com as seguintes características: Potencia Mínima (KW/cv) 3.2 / 4.4, Volume de ar (m³/h) 625 / 2025m³, cilindrada mínima de 79,9 cm³, peso de 10,6 kg, rotação máxima com mínimo de 2500 rpm, Força de sopro (n) 41 com cinta costais acolchoadas, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	10	UND.	2.863,75	28.637,50
5	054.001.055	<b>PERFURADOR SOLO</b> com as seguintes características: Potencia 52cc, Potencia de Saida avaliada: 1,5kw, Velocidade de sada avaliada 9000: 500 rpm, Velocidade de saída avaliada 3000: 200 rpm, Capacidade Tanque: 1,2 L, Dimensoes Da Broca: 80 X 20cm, Combustivel: Gasolina, Tipo Motor: 2 Tempos.	4	UND.	3.902,40	15.609,60
6	054.001.056	<b>TRITURADOR DE GALHOS</b> Motor: 40-60 CV, Velocidade de Rotacao: 1500 RPM, Numero de Facas: 03 und, Sistema de Corte: Disco, Capacidade de Corte: 230 (9) mm, Producao: 12 15 m³/h a 18 m³/h.	1	UND.	352.110,00	352.110,00
7	054.001.057	<b>ESTACAO DE TOPOGRAFIA</b> COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: Medição de ângulo: Resolução mínima/precisão2"/5", Unidade mínima de leitura1"/5" (0.0002/0.01gon, 0.005/0.02 mil), Compensador líquido de eixo duplo, Faixa de compensação: ±6' Compensação da colimação On/Off (selecionável); Medição de distância: Alcance com prisma 4.000m Alcance sem prisma 500m, Precisão com prisma 1.5mm + 2 ppm, Precisão sem prisma 2.0mm + 2ppm (0.2 200m) Tempo de medição Fino: 0,9 seg., Rápido: 0,6 seg. Rastreio: 0,4 seg. Comunicação Bluetooth classe 1,5, Alcance até 10m Memória Flash USB (Máx 32GB); Serial RS232C, USB2.0 (Tipo A para memória USB).  Geral Display LCD, 192 x 80 pontos, Iluminação (On/Off) (Selecionável) / Teclado alfanumérico/ 28 teclas com iluminação, Autonomia de bateria até 14 horas, Proteção contra poeira / água IP66 Temperatura de operação 20°C até 60°C. acompanhado 02 bastões telescópio de 3,5M e 28mm de diâmetro com rosca, tripé de alumínio com trava rápida na parte superior e trava borboleta na inferior, prisma circular 64mm com garfo de metal e alvo articulável e guarda sol topográfico.	1	UND.	16.500,00	16.500,00
8	054.001.058	<b>ALISADORA DE PISO</b> com as seguintes características, Motor 4tempo, potencia 5,5hp, combustível a gasolina, capacidade de tanque 3,6l, diametro de trabalho 914mm, dimensao de laminas 340x150mm, rotacao de trabalho 50 a 100rpm, peso 85kg.	8	UND.	9.449,30	75.594,40
9	054.001.059	<b>COMPACTADOR DE SOLO A GASOLINA</b> COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS, Tipo: Monocilíndrico, 4 Tempos, refrigerado a ar, - Combustível: Gasolina COMUM, Potência nominal: 6,5 HP, Compactação por batida: 40-65mm, Placa Compactadora para adensamento da terra: 30x28 cm, Força de impacto: 12 KN, Tanque de combustível: mínimo de 2,5 L, Sistema de partida: Manual retrátil.	6	UND.	9.961,38	59.768,30
10	059.001.263	<b>ROÇADEIRA FIXA PARA TRATOR</b> Roçadeira confeccionadas em aço de alta resistência transmissão rotação para giro facas com altura de corte mínimo de 60 mm, largura do corte 1680 mm com 02 facas com rotação mínima de 940 rpm. Largura de 2 mt, altura de 1,20mt. Rotação da tomada de potência 540 rpm.	1	UND.	21.903,00	21.903,00
11	059.001.262	<b>ROÇADEIRA ARTICULADA PARA TRATOR</b>	1	UND.	74.233,33	74.233,33

		Roçadeira hidráulica articulada, nova, ano e modelo 2024 ou superior, acoplável a trator agrícola pelo sistema hidráulico três pontos, acionada por tomada de força com no mínimo 540 rpm compatível para ser acoplada em trator de 59 a 120 cv, com válvula de alívio para proteção anti navalhas, largura de corte no mínimo 1,5 metros, sistema de corte com 02 facas com rotação mínima de 1050rpm, alcance mínimo de corte 4.8 a 5,8 metros na altura, altura mínima de corte de 20 mm, peso total do equipamento no máximo 1.200 kg, possibilidade de operação nos planos horizontal, vertical, aclave e declive, velocidade de operação de 3 km/h ou superior, roda de apoio traseira, com comando por joystick.				
12	116.001.001	<b>MOTOSERRA</b> Com cilindrada de 72,2 cm³, potência máxima de 3,9 kw a 5,3 cv, peso de até 6,2kg sem conjunto de corte, acompanhado de sabre de 50cm corrente de 3/8, tanque de combustível não inferior a 680ml, mínimo de rotação máxima de 12,500 rpm, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	10	UND.	3.639,75	36.397,50
13	018.001.826	<b>BETONEIRA 2HP, MOTOR ELETRICO 220V</b> Betoneira 2hp, frequência 60hz, capacidade do tambor de 400lt, capacidade de mistura de 280 a 310lt, rotação do motor de 1750rpm (indicada para mistura de concreto na construção civil, possui rodas maciças, cavalete em tubo retangular e suporte do tambor em tubo retangular, motor elétrico 220v.	9	PC.	5.556,83	50.011,50
14	087.001.008	<b>MAQUINA DE SOLDA MIG:</b> COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: Tensão de Alimentação: 3 220/380/440V (+/-10%), Frequência de Alimentação: 50/60Hz, Faixa de Corrente: 50 400A, Faixa de Tensão: 17 - 34V, Tensão em Vazio: 18 - 45VDC, Cargas Autorizadas: 400A / 34V @ 60% , Níveis de Tensão: 30, Potência: 19,9kVA, Velocidade do Arame: 1 - 19m/min, Peso máximo do rolo de arame: 18kg, Diâmetro máximo do rolo de arame: 300mm, Diâmetro do Arame: Sólido 0,6 - 1,6mm, Alumínio 0,8 - 1,6mm, Tubular 0,9 - 1,6mm, Fusível Recomendado: 60A 220V / 40A 380V / 30A 440V, Classe de Proteção: IP 21S, Dimensões (L x C x A): 620 x 1080 x 950mm, Peso 150kg.	1	UND.	26.491,50	26.491,50
15	087.001.009	<b>MOTOSERRA COM CILINDRADA DE 30.1 CM³ POTENCIA MÁXIMA DE 1.3 KW</b> Com cilindrada de 30.1 cm³ potência máxima de 1.3 kw a 1.7 cv, peso até 4.0 kg sem conjunto de corte acompanhado de sabre de 30 cm, corrente de 3/8, tanque de combustível não inferior a 250ml, mínimo de rotação máxima de 14.000 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	5	UND.	977,40	4.887,00
16	116.001.005	<b>MOTOSERRA COM CILINDRADA DE 91,1 CM³ POTENCIA MÁXIMA DE 5,4 KW/CV</b> Com cilindrada de 91.1 cm³ potência máxima de 5,4 kw/cv, peso de até 7.4, sem conjunto de corte, acompanhado de sabre de 75 cm, corrente de 3/8 tanque de combustível não inferior a 0,850 ml, mínimo de rotação máxima de 14000 rpm. garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	5	UND.	5.056,10	25.280,50
17	116.001.006	<b>MOTOPODA COM CILINDRADA DE 36,3 CM³ POTENCIA MAXIMA DE 1,4 KW</b> Motopoda com cilindrada de 36,3 cm³ potencia maxima de 1.4 kw, peso até 7,2 kg, sabre de 30 cm, corrente de 3/8, tanque não inferior a 530ml, rotação máxima de 9.500 rpm com eixo telescópico que ajusta o comprimento da haste em até 3,9 mts, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	3	UND.	3.974,28	11.922,84
18	116.001.007	<b>PULVERIZADOR COM CILINDRADA DE 56,5 CM³, POTENCIA MAXIMA DE 2,6 KW À 3,5</b> Pulverizador Com cilindrada de 56,5 cm³, potência máxima de 2,6 kw a 3,5 dim-os peso 11,1 kg, distancia de pulverização horizontal mínima de 12mts e na vertical 11,5, volume de recipiente de 13 lts, rotação máxima com mínimo de 7.250rpm, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	3	UND.	3.340,58	10.021,74
19	087.001.011	<b>ROÇADEIRA A GASOLINA, 2,3 CV, COM CILINDRADA DE 37,7 CM³</b> Profissional a gasolina com motor 02 tempos, com cilindrada de 37,7 cm³ potência mínima máxima de 1,7kw/2,3 cv, peso de 7,7 kg, tanque de combustível não inferior a 0,750 ml, com rotação máxima com mínimo de 12.500 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	40	UND.	3.623,18	144.927,20
20	116.001.009	<b>PODADOR</b>	3	UND.	2.425,08	7.275,24

		Podador para jardinagem a gasolina com baixo nível de vibração, cabo giratório de no mínimo 90° para ambos os lados, cilindrada de 22,7, potência de mínima de 0.7/1.0, comprimento de corte de 60 cm, comprimento total de 120 cm rotação de trabalho mínima de 3,200 rpm, tanque não inferior a 460ml, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.				
21	116.001.011	<b>ESCADA PINTOR EXTENSIVEL</b> Escada extensível mista de madeira, altura de 6 m de 19 a 22 degraus.	5	UND.	1.242,50	6.212,50
22	116.001.012	<b>PLACA VIBRATORIA E COMPACTADOR PARA SOLO E ASFATO</b> Utilizado para obras de construção civil para serviços de compactação de Solo e asfalto, carcaça resistente e rolamentos de alta precisão, potência mínima do motor de 6,5 HP a gasolina, cabo isolado por coxins, rodas acopladas	2	UND.	7.726,51	15.453,02
23	001.003.215	<b>PULVERIZADOR COSTAL</b> Manual de 18 litros com compressão previa com gatilho.	10	UND.	460,65	4.606,50
24	018.001.827	<b>LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL</b> Com porta acessório, mangueira de alta pressão de 8m com sistema anti-torção de trama de aço, trava de segurança e bico de alta pressão, vazão mínima máxima de água de 580 l/h, pressão mínima máxima de 110 bar, tensão nominal de 127v, potência mínima de 1,6/2,3 kw, comprimento do cabo elétrico de 5 m, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	2	UND.	3.179,61	6.359,22
Total Geral						R\$ 1.305.092,57

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal nº 16287/GAB/PM/JP/2021 de 29 de setembro de 2021.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art.6º, XXIII, alínea b, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. A fundamentação da contratação decorre da demanda do Município, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos desta municipalidade, conforme consta no [Estudo Técnico 3 de 23/01/2026 \(ID 2365912\)](#), que indicou a viabilidade técnica e financeira da solução proposta.

2.1.2. Descrição da necessidade: faz-se necessário a abertura de processo administrativo para a Aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes (motosserra, betoneira, soprador de folha, compressor de ar, perfurador de solo, triturador de galho, estação de topografia, alisadora de piso, compactador de solo, máquina de solda, motopoda, pulverizador, podador, escada, placa vibratória, lavadora de alta pressão e roçadeira articulada e roçadeira fixa), visando atender de forma contínua e planejada às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Ji-Paraná-RO.

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP é responsável por uma gama de serviços essenciais que impactam diretamente a qualidade de vida da população, abrangendo desde a manutenção da infraestrutura urbana e rural até a conservação de áreas públicas e suporte operacional às demais unidades da Administração Municipal.

A justificativa da contratação se ampara na necessidade permanente dos materiais, pois com tudo, verifica-se um déficit significativo no acervo de equipamentos e ferramentas permanentes, seja por obsolescência, desgaste acentuado ou insuficiência quantitativa para atender à crescente demanda. Essa carência compromete não apenas a qualidade dos serviços prestados, mas também a segurança dos servidores, a eficiência operacional e a racionalidade na alocação de recursos, gerando, inclusive, gastos adicionais com manutenções corretivas e soluções improvisadas.

No setor de **Jardinagem e Limpeza Urbana**, o constante crescimento da malha urbana de Ji-Paraná e a ampliação de áreas verdes, praças, parques e demais espaços públicos exigem a intensificação dos serviços de poda, roçagem, conservação e limpeza. A inexistência de equipamentos adequados impede o atendimento eficiente dessas áreas, comprometendo tanto os aspectos estéticos quanto a segurança e salubridade dos ambientes urbanos.

No tocante à **manutenção de pontes e pontilhões**, o município conta com aproximadamente 153 estruturas, sendo a maioria localizada na zona rural. Tais obras, especialmente no contexto amazônico, são frequentemente afetadas por intempéries e requerem ações contínuas de recuperação e reconstrução. A ausência de ferramentas modernas atrasa essas intervenções, prejudica o escoamento da produção local e compromete o acesso a

serviços essenciais como saúde e educação, impactando diretamente os direitos fundamentais da população rural.

As **equipes de infraestrutura e drenagem urbana**, responsáveis pela manutenção de bueiros, calçadas, ruas e sarjetas, também enfrentam obstáculos operacionais por falta de instrumentos adequados. Tais serviços visam garantir a mobilidade urbana segura, acessível e eficiente, sendo indispensáveis para a prevenção de alagamentos, deterioração viária e acidentes.

Por fim, o **setor de oficinas mecânicas e borracharia** da SEMOSP, que cuida da manutenção da frota pública, carece de ferramentas essenciais para realizar os serviços com celeridade e precisão. Sem esse suporte técnico, há risco iminente de paralisação de veículos e maquinários que são cruciais para a execução de todos os serviços da secretaria.

Diante desse cenário, fica clara a necessidade de a Administração Municipal atuar com agilidade e eficiência na formalização de uma **Ata de Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes** representa solução eficiente e estratégica para modernização da infraestrutura operacional da SEMOSP. Tal medida está amparada pelos princípios da eficiência, economicidade, continuidade dos serviços públicos e pela busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

2.2. Plano de Contratação: A presente contratação formalizada no [DFD - Formalização de Demanda 1350 de 08/04/2025 \(ID 1692337\)](#) está devidamente embasada na [Justificativa da Contratação Ausência no PCA vigente de 22/05/2025 \(ID 1770044\)](#) elaborada pela Unidade Gestora de Origem (UG Origem/Secretaria), quanto a ausência no Plano Anual de Contratações (PCA), e autorizada em ação conjunta pelo Secretário da Pasta e Secretário Municipal de Planejamento e homologação do Chefe do Executivo Municipal). Diante da Justificativa plausível supracitada, fica claro que não ocorreu qualquer planejamento no sentido de formatação da ata de registro de preço própria municipal, razão esta da ausência da demanda planejada e publicada. Temos assim o gestor ciente e comprometido na primeira oportunidade de atualização, a Secretária fará constar a presente intenção de aquisição.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, XXIII, alínea c, da Lei nº 14.133/2021)**

3.1. A solução consiste na aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes, destinados às atividades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, considerando todos os aspectos relacionados ao ciclo de vida dos bens, desde a aquisição até a desativação/baixa patrimonial futura.

O objeto abrange a compra de bens duráveis, de uso intensivo, que comporão a estrutura operacional de equipes responsáveis por obras públicas, manutenção urbana, limpeza, poda, jardinagem, manejo de resíduos vegetais e levantamentos topográficos.

#### **3.1.1. FASE DE AQUISIÇÃO**

A aquisição compreende:

- Fornecimento de equipamentos novos, de primeira utilização;
- Atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses;
- Entrega acompanhada de manuais, certificados e acessórios;
- Conformidade com normas técnicas vigentes (ABNT, INMETRO, ambientais e de segurança);
- Capacidade de operação contínua e compatibilidade com as condições de trabalho da SEMOSP.

#### **3.1.2. FASE DE OPERAÇÃO E UTILIZAÇÃO**

Durante sua vida útil, espera-se que os equipamentos:

- Atendam plenamente às demandas operacionais das equipes de obras e serviços públicos;
- Ofereçam alto desempenho, segurança e ergonomia;
- Permitam operação eficiente, reduzindo tempo de execução das atividades;
- Possibilitem atuação simultânea em múltiplas frentes de trabalho;
- Mantenham estabilidade e durabilidade mesmo em condições adversas (poeira, terreno irregular, clima quente).

#### **3.1.3. FASE DE MANUTENÇÃO**

O ciclo de vida prevê a necessidade de :

- Manutenção preventiva conforme manual do fabricante;
- Disponibilidade de rede de assistência técnica autorizada;
- Oferta de peças originais ou compatíveis;
- Substituição imediata de itens com defeito durante a garantia;
- Registro de informações de manutenção pela fiscalização;
- Práticas que prolonguem a vida útil dos bens e reduzem o custo operacional.

#### 3.1.4. FASE DE SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

A solução inclui boas práticas voltadas à redução de impactos ambientais, tais como:

- Preferência por motores com menor emissão de poluentes;
- Consumo eficiente de combustível e energia;
- Redução de resíduos vegetais por meio do triturador de galhos;
- Logística reversa de embalagens, óleos e componentes.

#### 3.1.5. FASE DE DESATIVAÇÃO E BAIXA PATRIMONIAL

Ao final do ciclo de vida, os bens poderão:

- Ser avaliados quanto à viabilidade de recuperação ou descarte;
- Ser baixados do patrimônio conforme normativos internos;
- Ter seus componentes destinados à reciclagem, reaproveitamento ou descarte ambientalmente adequado;
- Ser substituídos por novos equipamentos, conforme diagnóstico técnico da SEMOSP;

3.2. Dessa forma, a solução, ao contemplar todas as fases do ciclo de vida - Aquisição, operação, manutenção, sustentabilidade e desativação, garante uma contratação eficiente, durável e alinhada às melhores práticas de gestão pública. Os equipamentos adquiridos proporcionarão:

- Melhora significativa da produtividade das equipes;
- Redução de custos com manutenção de equipamentos obsoletos;
- Maior segurança e ergonomia aos servidores;
- Continuidade e qualidade dos serviços públicos;
- Uso racional dos recursos financeiros ao longo de todo ciclo de vida dos bens.

### 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSIDADE (Art.6º, XXIII, alínea d, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A presente contratação deverá observar os requisitos técnicos, funcionais, operacionais e legais indispensáveis à obtenção da solução mais adequada, garantindo a eficiência na execução dos serviços públicos e o uso racional dos recursos públicos, conforme abaixo especificado:

#### Objeto da Contratação

4.1.1. A aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços, de equipamentos e ferramentas permanentes, conforme as especificações técnicas detalhadas e quantitativos definidos neste Termo, visa atender de forma contínua e planejada às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP).

#### Requisitos Técnicos e Funcionais dos itens

4.1.2. Todos os bens a serem adquiridos deverão obrigatoriamente:

- Estar em conformidade com Normas Técnicas Brasileiras (ABNT) ou normais internacionais equivalentes;
- Apresentar certificações de segurança, qualidade e desempenho, quando aplicável;
- Possuir garantia mínima de 12(doze) meses contra defeitos de fabricação;
- Serem fornecidos com manual de instrução e manutenção em língua portuguesa;
- Serem novos, de primeiro uso, sem avarias, com fabricação recente (máximo 12 meses da data de entrega).

4.2. Os bens deverão ser apresentados com informações claras, precisas e ostensivas em língua portuguesa sobre suas características, marca, modelo, procedência, quantidade, qualidade, especificação, preço, origem, e demais

informações exigidas pelos órgãos reguladores competentes. Eventuais modificações nas características técnicas somente poderão ser realizadas mediante justificativa técnica da Contratada e prévia aprovação da fiscalização.

4.3. Todos os bens entregues deverão ser novos, de primeiro uso e em perfeitas condições de funcionamento, não sendo admitidos itens reconicionados ou fora dos padrões de exigidos. A entrega deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada da Contratada e aceitação da fiscalização.

4.4. Mesmo após o recebimento definitivo, a empresa poderá ser acionada para troca de qualquer item que apresentar defeitos inerentes à qualidade e desempenho, ainda que não tenham sido identificados no momento da conferência, pois há falhas que apenas se revelam durante o uso continuado dos materiais.

4.5. Todos os bens fornecidos deverão ter garantia mínima 12 (doze) meses, e durante esse período, a contratada deverá substituir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após solicitação da contratante, quaisquer itens com defeito, sem ônus adicional. Os materiais substituídos deverão ser novos, originais, de primeiro uso e com qualidade igual ou superior às Originais, abrangendo inclusive a realização de manutenção corretiva, exceto no caso de mau uso.

4.5. Em atenção ao disposto no artigo 225 da Constituição Federal e no Decreto nº 7.746/2012, bem como os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser observadas diretrizes de sustentabilidade, priorizando produtos que promovam menor impacto ambiental sobre recursos naturais, maior eficiência no uso de água e energia, uso de inovações tecnológicas sustentáveis, e origem ambientalmente regular dos produtos. As embalagens devem ser preferencialmente individuais, com menor volume possível, feitas com materiais recicláveis e que assegurem proteção durante o transporte e armazenamento.

4.6. O fornecedor deverá entregar os bens acompanhados de Nota Fiscal, contendo, de forma detalhada, a marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, dentro do horário e expediente da Administração Pública Municipal, das 07h30 às 13h30, de segunda à sexta-feira. A contratada será responsável por quaisquer vícios ou danos relacionados aos materiais fornecidos, nos termos dos artigos 12, 13, 18 e 26 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), obrigando-se a substituir, corrigir ou reparar, às suas custas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, os itens com defeito ou avaria, conforme determinação da Administração.

4.7. O fornecedor deverá atender prontamente a todas as exigências da Administração relacionadas à execução contratual e comunicar, com antecedência dentro do prazo de 15(quinze) dias, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando as devidas comprovações. Fica vedada a transferência a terceiros, total ou parcial, das obrigações assumidas, bem como a subcontratação de qualquer parte da execução, salvo se expressamente autorizado pela Administração nos termos da legislação vigente.

4.8. A contratada também será responsável por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, e demais custos que incidam ou venham incidir sobre a prestação contratada. Além disso, a empresa deverá estar regular junto às Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, ao FGTS, à Justiça do Trabalho, e não poderá estar impedida de contratar com a Administração Pública. Será dada prioridade à contratação de fornecedores que comprovem práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

#### **4.9. Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.10. Garantia da Contratação**

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o contratado deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante, sem ônus adicional para a Administração.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, abrangendo a realização de manutenção corretiva, substituição de peças e quaisquer reparos necessários, sem qualquer custo adicional para o Contratante.



A manutenção corretiva poderá ser realizada pelo próprio Contratado ou, quando aplicável, por meio de assistência técnica autorizada, em conformidade com as normas técnicas específicas.

As peças substituídas deverão ser novas, de primeiro uso, originais e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

Uma vez notificado, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de retirada do equipamento das dependências da Administração.

O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Na hipótese de prorrogação, o Contratado deverá disponibilizar, em caráter provisório, equipamento equivalente, de especificação igual ou superior, a fim de garantir a continuidade das atividades do Contratante.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem atendimento da solicitação ou apresentação de justificativas pelo Contratado, a Administração poderá realizar a contratação de empresa diversa para execução dos serviços, com posterior reembolso pelo Contratado, sem prejuízo da manutenção da garantia.

Todos os custos de transporte dos equipamentos durante o período de garantia correrão por conta da Contratada.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato administrativo, sendo possível a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, mesmo após o término da vigência contratual.

#### 4.11. Requisitos Legais Externos

A Contratada observará integralmente as seguintes normas:

- Lei Complementar nº101/2000;
  - Lei Federal nº4.320/1964;
  - Lei Federal nº14.133/2021;
  - Decreto Federal nº 11.462/2023;
  - Decreto Municipal nº 1384/2024
  - Decreto Municipal nº 1385/2024;
  - Lei Complementar n. 123/2006;
- E demais legislações aplicáveis

#### 4.12. Requisitos da Administração Contratante

Disponibilizar o local, data e horário para recebimento provisório dos materiais;

- Prestar as informações necessárias para o fiel cumprimento do objeto;
- Realizar a conferência minuciosa dos materiais entregues para fins de aceite definitivo;
- Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por servidor designado;
- Efetuar o pagamento conforme condições pactuadas e prazo previstos.

4.13. Esses requisitos são indispensáveis à adequada execução do objeto, à mitigação de riscos à Administração e à garantia de economicidade e eficácia no atendimento à demanda pública. A inobservância de qualquer um desses requisitos comprometerá a conformidade da proposta.

### 5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea e, da Lei nº 14.133/2021)

#### Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada da Contratada e aceitação da fiscalização.

5.1.1. Constatada a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido, a empresa contratada deverá formalizar pedido de prorrogação de prazo de entrega, contendo:

- Justificativa técnica circunstanciada do motivo do impedimento;
- Documentação comprobatória, como carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico, boletim de ocorrência ou documento equivalente;
- Indicação do novo prazo estimado para entrega.

5.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos- SEMOSP com base na legislação vigente e nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, sendo a contratada formalmente comunicada da decisão.

5.3. Caso o pedido de prorrogação seja indeferido, ou a empresa não cumpra o prazo inicialmente estabelecido, estará sujeita à aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.

5.4. **Dos locais da entrega:** Os equipamentos e ferramentas (materiais permanentes) deverão ser entregues diretamente nos locais indicados pela Administração, seguintes endereços:

**Almoxarifado Central, localizado na Avenida Clóvis Arraes, RO-135 Km 1, S/N, saída para o Distrito de Nova Londrina Zona Rural, CEP: 76.900-970, cidade de Ji-Paraná/Rondônia, ponto de referência - Antigo PATERNON CENTRO DE EVENTOS, sendo o horário de atendimento das 07h30min às 13h30min., de segunda à sexta-feira, exceto feriados. Contato: Diretor do Almoxarifado Central: Sr. Elci Ferreira de Abreu, telefone nº (69) 9.9226-2425; e**

**Sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos no 1º Distrito, localizado na Avenida Dois de abril, 2221 - Bairro Jardim dos Migrantes - Ji-Paraná - Rondônia. CEP: 76.900-805 Fone/fax: (069) 3416-4161, horário de atendimento: das 07h30 às 13h30, de segunda à sexta-feira. Contato: Secretária Municipal de Obras e Serv. Públicos- Interina- Valquíria Rodrigues Luz de Andrade contato no telefone nº (69) 9.9219-3395.**

5.5. Entende-se por entrega completa o conjunto das seguintes ações: transporte, descarregamento e acondicionamento dos produtos no interior da unidade receptora e, quando aplicável, instalação dos equipamentos no local indicado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

## **6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE.**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§ 2º do art. 44 da IN 5/2017).

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

#### **6.2. Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art.22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **6.3. Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termo de aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **6.4. Gestor do Contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo os registros formais da execução do histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV- Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 8.1. Recebimento do objeto:

Quando da entrega do bem pelo fornecedor juntamente com a nota fiscal, ao receber será feito o seu RECEBIMENTO PROVISÓRIO, ocasião em que verificará apenas a quantidade do volume entregue.

O RECEBIMENTO DEFINITIVO dos bens dependerá da verificação de sua conformidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e aquelas oferecidas pelo contratado, o que se formalizará através da aposição do carimbo de Atesto na Nota Fiscal/Fatura, com data e assinatura.

O RECEBIMENTO DEFINITIVO dos bens estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, modelos, embalagens e instruções, observando-se o disposto no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Os materiais serão objeto de inspeção, que será realizada por um técnico ou comissão de recebimento de bens/material da Seção responsável, quando se comprovará se houve atendimento às especificações mínimas exigidas e/ou aquelas superiores oferecidas pelo contratado.

Os materiais deverão possuir todas as características técnicas especificadas no ato convocatório determinantes do padrão de qualidade e desempenho segundo os padrões usuais de mercado.

O período de inspeção pelo responsável pelo recebimento será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de seu RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

O prazo para substituição dos bens que não atenderem às especificações do Instrumento Convocatório ou nos casos de sinais externos de avaria de transporte ou de mau funcionamento do bem, verificados na inspeção dos mesmos, será no 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento, pela contratada, da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo Gestor do Contrato ou Secretaria Responsável. Decorrido esse prazo e não havendo a devida substituição das mercadorias, poderão ser aplicadas as penalidades legais cabíveis.

Nos casos de substituição do bem, reiniciar-se-ão os prazos e os procedimentos estabelecidos neste item.

Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega deverão ser devidamente fundamentados, acompanhados de documentos comprobatórios das alegações e somente serão examinados quando formulados até 05 (cinco) dias antes do termo limite de entrega.

O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à existência de vícios ocultos e/ou quanto à qualidade do bem entregue.

A Lei Federal nº 14.133/21, a ser liquidada em conformidade com o Art. 62 da Lei Federal nº 4.320/64, e de acordo com a disponibilidade financeira.

**8.2. DO PRAZO DE PAGAMENTO** Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material em conformidade com o disposto na planilha de especificações, e apresentação da Nota Fiscal Eletrônica com devido recebimento e certificação pela Comissão nomeada para este fim nos termos do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/21, a ser liquidada em conformidade com o Art. 62 da Lei Federal nº 4.320/64, e de acordo com a disponibilidade financeira.

**8.3. DA FORMA DE PAGAMENTO** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9 DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS**

### **9.1. Reajuste por Índice Oficial**

a) Os preços contratados serão reajustados anualmente, contados a partir da data-base do orçamento estimativo da contratação, nos termos do art. 25, § 7º, c/c o art. 92, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) O índice de reajuste aplicável será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ou outro que venha a substituí-lo, considerando adequado para aferição da variação de custos relacionados a bens e equipamentos permanentes.

### **9.2. Revisão de Preços (Reequilíbrio Econômico-Financeiro)**

a) Independente do reajuste previsto acima, a contratada poderá pleitear a revisão dos preços contratados quando ocorrerem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que alterem substancialmente as condições de execução pactuadas.

b) A revisão de preços observará o disposto no art. 25, incisos I a III, do Decreto Federal nº 11.462/2023, devendo ser requerida pela contratada de forma devidamente fundamentada, com a apresentação de documentos que comprovem o desequilíbrio econômico-financeiro.

c) O deferimento do pedido dependerá de análise técnica e jurídica da Administração, que poderá solicitar informações e documentos adicionais.

## 10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), adotando-se como critério de julgamento o menor preço por item, em conformidade com o art. 40, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 1382/2024.

## 11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, instalação, impostos, taxas, encargos, royalties, seguros, fretes, carregos e descarregos decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP de Ji-Paraná.

11.2. Fornecer os equipamentos solicitado(s), na quantidade definida no(s) pedido(s) a ser(em) emitido(s) pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP pelos preços registrados e nas condições contidas no Termo de Referência, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços.

11.3. Assumir, como exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes, necessários à boa e perfeita execução do objeto desta Ata, cumprimento durante sua validade todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e em vigor, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

11.4. Manter durante todo o período da vigência da ATA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, comprovando-as a qualquer tempo, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP;

11.5. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata sem prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP;

11.6. Executar fielmente as condições de fornecimento objeto da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS na mais perfeita conformidade com o estabelecido, comunicando imediatamente a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução das obrigações dela resultantes, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte daquela;

11.7. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de *e-mail* sempre que houver alterações destes;

11.8. Indicar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto (nome, RG e CPF), por escrito, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços;

11.9. Comprovar, a cada fatura emitida, a Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal e Dívida Ativa da União (FEDERAL), Certidão Negativa da Receita Estadual (SEFIN), Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);

11.10. Responsabilizar-se por danos pessoais e/ou prejuízos causados diretamente por seus funcionários aos equipamentos, instalações gerais e patrimônio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, inclusive danos materiais e pessoais a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.

11.11. Substituir às suas expensas, todo e qualquer produto entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu uso dentro do período de garantia.

11.12. A inobservância ao exposto no item anterior implicará o não pagamento à contratada, até a sua regularização;

- 11.13. Em caso de extravio do produto antes de sua recepção pela contratante, a contratada deverá arcar com todas as despesas;
- 11.14. Em todo caso de devolução ou extravio dos bens, a contratada será responsável pelo pagamento, fretes, carretos, seguros e tributos, se ocorrerem;
- 11.15. A contratada deverá comunicar à contratante no prazo máximo de 05(cinco) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento;
- 11.16. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução desta aquisição;
- 11.17. Os equipamentos devem estar acompanhados, ainda, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede da assistência técnica autorizada.

## **12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1. Requisitar a entrega do(s) produtos(s), conforme sua necessidade e exigir da empresa CONTRATADA o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados neste Termo de Referência;
- 12.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização das entregas, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- 12.3. Efetuar o pagamento à empresa de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;
- 12.4. Aplicar as penalidades descritas neste Termo de Referência, em caso de inexecução de qualquer obrigação constante da Ata ou do Termo de Referência;
- 12.5. Visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis;
- 12.6. Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 12.7. Além disso, devem cumprir, no que couber, as exigências:
- Da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos PNRS;
- Do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços;
- Da Portaria Nº 170, de 10 de abril de 2012 do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO;
- 12.8. Destinar local e condições apropriados para depósito e guarda dos materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA, facultando, após identificação pessoal dos entregadores, acesso ao local sempre que necessário;
- 12.9. Promover o acompanhamento e a fiscalização das entregas, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- 12.10. Verificar se durante a vigência da ata estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas;
- 12.11 Oferecer à CONTRATADA, informações indispensáveis à efetivação dos serviços.



12.12 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável da Contratada;

12.13 Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

### 13 DA GARANTIA

13.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

13.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o contratado deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante, sem ônus adicional para a Administração.

13.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, abrangendo a realização de manutenção corretiva, substituição de peças e quaisquer reparos necessários, sem qualquer custo adicional para o Contratante.

13.4. A manutenção corretiva poderá ser realizada pelo próprio Contratado ou, quando aplicável, por meio de assistência técnica autorizada, em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.5. As peças substituídas deverão ser novas, de primeiro uso, originais e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6. Uma vez notificado, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de retirada do equipamento das dependências da Administração.

13.7. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

13.8. Na hipótese de prorrogação, o Contratado deverá disponibilizar, em caráter provisório, equipamento equivalente, de especificação igual ou superior, a fim de garantir a continuidade das atividades do Contratante.

13.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem atendimento da solicitação ou apresentação de justificativas pelo Contratado, a Administração poderá realizar a contratação de empresa diversa para execução dos serviços, com posterior reembolso pelo Contratado, sem prejuízo da manutenção da garantia.

13.10. Todos os custos de transporte dos equipamentos durante o período de garantia correrão por conta da Contratada.

13.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato administrativo, sendo possível a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, mesmo após o término da vigência contratual.

### 14 DA FORMALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art.22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 c/c art. 12, §1º do Decreto Municipal nº1385/2024.

*"Art. 12. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. § 1º O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos".*

14.2. Homologado o resultado da licitação, Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que assinem a Ata de Registro de Preços, que, após cumprimento dos requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento ou execução a qualquer instante, nas condições nela estabelecidas.

14.3. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

14.4. Caberá à detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

De acordo com o Decreto Municipal n. 1385, art. 26:

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata. § 1º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.5. Após a autorização do Município de Ji-Paraná, o Órgão Não Participante ou carona deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.6. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.7. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.8. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

14.9. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

14.11. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

14.12. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

14.13. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

14.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

14.15. O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

14.16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.15. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.16. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico e seus anexos**.

14.17. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

14.17.1 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação e seus anexos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.17.2 A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 10 (dez) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link [Portal de Serviços \(ji-parana.ro.gov.br\)](http://Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br)), o qual será disponibilizado via e-mail pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

14.18. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada justificativa dentro do prazo e que seja aceita pelo Órgão Gerenciador.

14.19. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.20. Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico, poderá:

14.21. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.22. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 15 DA HABILITAÇÃO

### 15.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art.66 da Lei 14.133/2021)

15.1.1. Registro empresarial na **Junta Comercial**, no caso de empresário individual;

15.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, **devidamente registrado** na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

15.1.3. Documentos de **eleição ou designação** dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

15.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de **sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

15.1.5. Decreto de autorização, tratando-se de **sociedade estrangeira no país**, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual - **MEI**

15.1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

## **15.2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)**

15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);

15.2.2. Inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.2.3. Certidão Conjunta **Negativa de Débitos** ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à **Dívida Ativa da União**;

15.2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;

15.2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) e

15.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

## **15.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art.69 da Lei 14.133/2021)**

15.3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

15.3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

15.3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

15.3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

15.3.3. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábeil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômico: Índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**) e Solvência Geral (**SG**) **superiores a 1**.

15.3.4. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

15.3.5. Os documentos referidos no item 15.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

15.3.6. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

15.3.7. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais

demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

15.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA (Art.67 da Lei 14.133/2021)

15.4.1. Em atenção ao disposto no art. 67, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de ATESTADOS de capacidade técnica será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

15.4.1.1. Considerando o valor global estimado de R\$ 1.305.092,57 (Um milhão trezentos e cinco mil noventa e dois reais e vinte e sete centavos), o limite mínimo para caracterização das parcelas de valor significativo corresponde a R\$ 52.203,70 (Cinquenta e dois mil duzentos e três reais e setenta centavos). Assim, foram classificadas como parcelas relevantes, para fins de exigência de qualificação técnica, os seguintes itens:

- Compressor de ar 120 pés R\$ 208.170,18
- Triturador de galhos R\$ 352.110,00
- Alisadora de piso R\$ 75.594,40
- Compactador de solo R\$ 59.768,30
- Roçadeira articulada para trator R\$ 74.233,33
- Roçadeira a gasolina (FS-220) R\$ 144.927,20

Item	Descrição	Qnt. Total	(30%)	Qnt. Mínima Exigível
2	<b>COMPRESSOR DE AR 120 PES</b> Compressor de ar 120 pés Motor de: 30 hp trifásico Tensão: 380/660V Vazão de: 120 pcm (3398 L/min) Pressão máxima de: 175 PSI (12,07 bar) Reservatório de: 500 litros	03	0,9 %	1 Unidades
6	<b>TRITURADOR DE GALHOS</b> Com as seguintes características: Motor: 40-60 CV, Velocidade de Rotação: 1500 RPM, Número de Facas: 03 Und, Sistema de Corte: Disco, Capacidade de Corte: 230 (9) mm, Produção: de 12 m³/h a 18 m³/h.	01	0,3 %	1 Unidades
8	<b>ALISADORA DE PISO</b> com as seguintes características, Motor 4tempo, potência 5,5hp, combustível a gasolina, capacidade de tanque 3,6l, diâmetro de trabalho 914mm, dimensão de laminas 340x150mm, rotação de trabalho 50 a 100rpm, peso 85kg	08	2,4%	3 Unidades
9	<b>COMPACTADOR DE SOLO A GASOLINA</b> COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS, Tipo: Monocilíndrico, 4 Tempos, refrigerado a ar, - Combustível: Gasolina COMUM, Potência nominal: 6,5 HP, Compactação por batida: 40-65mm, Placa Compactadora para adensamento da terra: 30x28 cm, Força de impacto: 12 KN, Tanque de combustível: mínimo de 2,5 L, Sistema de partida: Manual retrátil	06	1,8%	2 Unidades
11	<b>ROÇADEIRA ARTICULADA PARA TRATOR</b> Roçadeira hidráulica articulada, nova, ano e modelo 2024 ou superior, acoplável a trator agrícola pelo sistema hidráulico três pontos, acionada por tomada de força com no mínimo 540 rpm compatível para ser acoplada em trator de 59 a 120 cv, com válvula de alívio para proteção anti navalhas, largura de corte no mínimo 1,5 metros, sistema de corte com 02 facas com rotação mínima de 1050rpm, alcance mínimo de corte 4.8 a 5,8 metros na altura, altura mínima de corte de 20 mm, peso total do equipamento no máximo 1.200 kg, possibilidade de operação nos planos horizontal, vertical, aclive e declive, velocidade de operação de 3 km/h ou superior, roda de apoio traseira, com comando por joystick.	01	0,3%	1 Unidades
19	<b>ROÇADEIRA A GASOLINA, 2,3 CV, COM CILINDRADA DE 37,7 CM³</b> Profissional a gasolina com motor 02 tempos, com cilindrada de 37,7 cm³ potência mínima máxima de 1,7kw/2,3 cv, peso de 7,7 kg, tanque de combustível não inferior a 0,750 ml, com rotação máxima com mínimo de 12.500 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	40	12%	12 Unidades

Metodologia aplicada:

1. Identificação dos itens com valor 4% (art. 67, §1º).
2. Aplicação do percentual de 30% sobre o quantitativo total.
3. Arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, por impossibilidade de comprovação fracionada.

Quantitativos Mínimos Exigíveis (30%)

- Compressor de ar 120 pés: 3 × 30% = 0,9 1 unidade
- Triturador de galhos: 1 × 30% = 0,3 1 unidade
- Alisadora de piso: 8 × 30% = 2,4 3 unidades
- Compactador de solo: 6 × 30% = 1,8 2 unidades
- Roçadeira articulada para trator: 1 × 30% = 0,3 1 unidade
- Roçadeira a gasolina FS-220: 40 × 30% = 12 12 unidades

15.4.2. Assim, para fins de comprovação da capacidade técnica, adota-se o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo dos itens classificados como de valor significativo, percentual usualmente aceito pela doutrina e utilizado de forma padronizada pela Administração Pública com critério de aferição de execução mínima pertinente, conforme art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

15.4.3. As licitantes poderão apresentar, juntamente com os atestados, planilhas de execução de serviços, contratos ou outros documentos idôneos que comprovem o quantitativo mínimo exigido, conforme art. 67, §§1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

15.4.4. O(s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

15.4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **16 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

16.1. Considerando a natureza do objeto da contratação aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes por meio de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços, optou-se pela adjudicação por LOTE, com o devido parcelamento do objeto, conforme previsto nos princípios da economicidade, da isonomia e da ampliação da competitividade, nos termos da legislação vigente.

A divisão do objeto em lotes justifica-se pelos seguintes fatores:

### **1.Divisibilidade do Objeto**

O conjunto de equipamentos e ferramentas a serem adquiridos possui natureza divisível, uma vez que cada item possui finalidade específica e pode ser adquirido de forma independente, sem comprometer a funcionalidade global da solução proposta. Assim, a divisão por lotes não compromete a coerência técnica da contratação nem prejudica a operação das equipes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP).

### **2.Ausência de prejuízo à solução e à economia de escala**

O parcelamento do objeto e a adjudicação por lote não causam prejuízo técnico ao conjunto da solução, nem comprometem a economia de escala, uma vez que os grupos de itens foram organizados com base em critérios de similaridade, uso comum e aplicabilidade técnica, permitindo a manutenção da racionalidade econômica da contratação.

### **3.Ampliação da competitividade**

A estratégia de adjudicação por lotes visa ampliar a participação de licitantes, incluindo microempresas e empresas de pequeno porte, que não dispõem de capacidade operacional para fornecer todos os itens do certame, mas que podem participar da disputa em lotes específicos. Dessa forma, promove-se maior competitividade, fomenta-se o mercado local e assegura-se o atendimento ao interesse público.

### **4.Viabilidade técnica e econômica**

A formação de lotes apresenta-se como tecnicamente adequada e economicamente viável, permitindo a segmentação do objeto sem gerar aumento de custos ou dificuldades logísticas. Pelo contrário, essa sistemática contribui para melhor planejamento da aquisição, otimização dos recursos públicos e efetividade na entrega dos bens.

Diante do exposto, a adjudicação por lotes no Pregão Eletrônico e o parcelamento do objeto demonstram-se como medidas legais, técnicas, vantajosas e estrategicamente adequadas, assegurando a economicidade, a eficiência da contratação e o respeito aos princípios que regem a Administração Pública.

## **17 DA MODALIDADE LICITATÓRIA PREGÃO**

17.1. Considerando que o objeto licitatório é de natureza comum, segundo a Lei Federal nº 14.133/2021, no artigo 6º, inciso XLI, bens e serviços comuns são aqueles que podem ser adquiridos por qualquer órgão ou entidade da administração pública, sem necessidade de especificações técnicas detalhadas. Ou seja, são itens ou serviços padronizados, que atendem às necessidades gerais e que estão disponíveis no mercado de forma

comum, sem particularidades que exijam uma especificação técnica diferenciada. Essa definição ajuda a facilitar processos de compra e contratação, promovendo maior eficiência e transparência na administração pública:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

**XLI** - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

17.2. Considerando que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades. Segundo o conceito do jurista Hely Lopes Meirelles (2011), o Sistema de Registro de Preços (SRP):

***"conjunto de procedimentos para registro e assinatura em Ata de Registro de Preços que os interessados se comprometem a manter por um determinado período de tempo, para contratações futuras de compras ou de serviços frequentes, a serem realizadas nas quantias solicitadas pela Administração e de conformidade com o instrumento convocatório da licitação (p. 357)."***

17.3. Trata-se, portanto, de uma ferramenta que tem como objetivo a contratação de serviços e aquisições de bens por meio da compatibilização entre os princípios da legalidade e da eficiência.

17.4. Com base no Decreto Municipal n. 1385, de 11 de março de 2024 que regulamenta Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Ji-Paraná, Artigo 40, inciso II da Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021 elaboramos o presente Termo de Referência, buscando dar continuidade às atividades desenvolvidas na Administração Pública Municipal, através de Ata de Registro de Preços;

17.5. As vantagens proporcionadas pelo sistema de registro de preços, em síntese, são a otimização dos processos de compras e maior flexibilidade nas aquisições, permitindo a compra ou a prestação do serviço no quantitativo exato e necessário para atender as necessidades do Município, reduzindo assim o desperdício de tempo e mão de obra, quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações e realizações dos serviços desejados. Desta forma, o Sistema de Registro de Preços é o procedimento adequado para futura e eventual aquisição.

17.6. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de:

- necessidade de contratações frequentes e eventuais;
- haver previsão de aquisições frequentes dos materiais ora licitados, visando atender à necessidade de reposição dos materiais;
- da dificuldade de precisar os quantitativos a serem utilizados pelo(s) órgão(s) participantes em decorrência das atuais limitações e incertezas orçamentárias;
- não há possibilidade de estocagem total do material a ser adquirido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP;
- objetiva evitar a imobilização desnecessária de recursos e o seu consequente desperdício;
- permite assim que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcelada.

17.7. Caracteriza-se o referido sistema pelo registro de preços unitário para o item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

17.8. A vigência do Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e no Diário Oficial do Município DOM, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art.22 do Decreto Federal nº. 11.462/2023 c/c art. 12, § 1º do Decreto Municipal nº. 1385/2024;

***Art. 12. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde de que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. § 1º O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no***

***Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.***

17.9. O artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, estabelece as regras para a execução dos contratos, incluindo detalhes sobre a fiscalização, o acompanhamento e a gestão dos contratos administrativos. Além disso, o artigo reforça a importância de garantir a transparência, a eficiência e a legalidade durante toda a fase de execução, permitindo que, ao prorrogar o prazo de validade da ata por até 1 ano, as quantidades registradas também possam ser renovadas. Isso significa que, durante esse período de prorrogação, a Administração Pública pode solicitar a aquisição de novas quantidades, dentro dos limites estabelecidos na ata original, sem a necessidade de realizar uma nova licitação. Essa medida visa proporcionar maior flexibilidade e eficiência na gestão de compras públicas, garantindo que as necessidades continuem sendo atendidas de forma ágil e econômica. É importante destacar que essa prorrogação e renovação devem ser devidamente justificadas e autorizadas, sempre com transparência e observando os princípios que regem a Administração Pública.

17.10. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o item, que durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

17.11. Durante a vigência da Ata, havendo interesse da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP na aquisição com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho.

17.12. Recebida a Nota de Empenho, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega dos materiais, conforme nota de empenho emitida por esta Secretaria, ao preço registrado na Ata.

## **18 DA FORMALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

18.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

18.2 Homologado o resultado da licitação, Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que assinem a Ata de Registro de Preços que, após cumprimento dos requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento ou execução a qualquer instante, nas condições nela estabelecidas.

18.3 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida neste Termo de Referência e no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, no Edital e no contrato e das demais cominações legais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município.

18.4 A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.

18.5 Caberá à detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

De acordo com o Decreto Municipal n. 1385, art. 26:

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata. § 1º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por



cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

18.6. Após a autorização do Município de Ji-Paraná, o Órgão Não Participante ou carona deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

18.7. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

18.8. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.9. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

18.10. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.11. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.13. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.14. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e mantiverem sua proposta original.

18.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.16. O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

18.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.18. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18.19. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico e seus anexos.

18.20. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

18.20.1. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação e seus anexos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

18.20.2. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 10 (dez) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link **Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br)**, o qual será disponibilizado via e-mail pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

18.21. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada justificativa dentro do prazo e que seja aceita pelo Órgão Gerenciador.

18.22. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.23. Na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico, poderá:

18.24. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou  
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.25. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **19 -DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

19.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas, c/c art.29, inciso III do Decreto nº 11.462/2023:

I- Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, ou

III- Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no §3º do art. 26 e no §4º do art.27.

O pedido de cancelamento deverá ser encaminhado a SUPECOL, preferencialmente na forma eletrônica através do e-mail: [registrodepreco@ji-parana.ro.gov.br](mailto:registrodepreco@ji-parana.ro.gov.br).

## **20 - DA SUSTENTABILIDADE**

20.1. A contratação deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, previstos nos artigos 5º, inciso XII, e 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, com estímulo à contratação de fornecedores locais, materiais com menor impacto ambiental e mão de obra local e diversa e Decreto Federal nº 10.887/2021, que regulamenta critérios de sustentabilidade para contratações públicas.

## **21 -DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

21.1. Conforme especificado no [Estudo Técnico 3 de 23/01/2026 \(ID 2365912\)](#), consta levantamento de mercado, sendo que os valores constantes se trata de estimativa do valor da contratação conforme preceitua o art.18, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021, onde a pesquisa de preço será realizada pela Controladoria Geral de Preços CGP, de acordo com o Decreto Municipal nº 1127/2024, de 23 de fevereiro de 2024.

21.2. O valor estimado para aquisição dos equipamentos e ferramentas (materiais permanentes) a serem adquiridos é de R\$ 1.305.092,57 (Um milhão, trezentos e cinco mil noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos), conforme [Cotação ETP de 25/09/2025 \(ID 2073482\)](#) realizadas para elaboração do [Estudo Técnico 3 de 23/01/2026 \(ID 2365912\)](#).

## **22-DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

02 PODER EXECUTIVO  
02 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS  
020801 GABINETE DO SECRETARIO MUN. DE OBRAS  
15 Urbanismo  
15 122 Administração Geral  
15 122 0001 GESTÃO ADMINISTRATIVA  
15 122 0001 2049 0000 Manut. Atividades da Secret. Obras e Serv. Públicos- SEMOSP  
4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
0.1.500 002.001 Recursos Próprios do Município  
**FICHA ORÇAMENTÁRIA: 775**

## 23-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)  
No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:  
Replicar o presente Termo de Referência com uma nova data;  
valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;  
fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso; havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação;  
cabrerá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;  
não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.  
Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.  
As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.  
Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.  
Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência 31 de 04/12/2025 (ID 2243828) e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

## 24 - DA CONCLUSÃO

24.1. Ao expor claramente a motivação para realização da aquisição, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos através do Município de Ji-Paraná, pretende evidenciar o ato administrativo como revestidos de todos os requisitos formais e materiais, no intuito de torná-lo eficaz em sua plenitude. Trata-se incontestavelmente de ato vinculado ou regrado, porque se enquadra entre aqueles para os quais a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, estabelece os requisitos e condições de sua realização.

Ji-Paraná/RO, 23 de janeiro de 2026.

Elaborado por: Jeanne Ojopi Soares  
Auxiliar Administrativo SEMOSP

Aprovo o Presente Termo de Referência, de acordo com o Decreto nº 1384, de 11 de março de 2024:

VALQUÍRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE  
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos- Interina  
[Decreto 2042 de 09/07/2025 \(ID 1878065\).](#)

ANEXO I

PLANILHA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO  
MEMÓRIA DE CÁLCULOS COM OS ITENS E VALORES MÉDIOS DOS ITENS

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QUANT.	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ORGAOS)	PAINEL DE PREÇOS	PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	TCE/RADAR MATO GROSSO	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL	FORNECEDOR LOCAL: HILGERT & CIA LTDA	FORNECEDOR LOCAL: E L N COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	VALOR UNITARIO MEDIA ARITMETICA	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	SOPRADOR DE FOLHAS, PROFICIONAL, A GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: Capacidade do tanque de combustivel de no mínimo 0,40 litros Cilindrada mínima de 27,2cm³ Peso máximo de aproximada mente 4,5 kg Velocidade do ar no mínimo de 80 (m/s) - Rotação de 2.500 e máxima de 7.500 rpm.	UN	20,00		883,60			696,50					1.950,00	2.120,00	1.413,00	28.260,00
2	COMPRESSOR DE AR 120 PES Compressor de ar 120 pés Motor de: 30 hp trifásico Tensão: 380/660V Vazão de: 120 pcm (3398 L/min) Pressão máxima de: 175 PSI (12,07 bar) Reservatório de: 500 litros	UN	3,00										68.570,12	70.210,00	69.390,069	208.170,18
3	COMPRESSOR DE AR 40 PES Compressor de Ar de 40 Pés, Tensão: 220/380V Pressão de igual ou superior a 175 lb, Volume do Reservatório: 250L Nº de Estágios: 2 Nº de Pistões: 2	UN	3,00										24.750,00	24.890,00	24.820,00	74.460,00
4	SOPRADOR DE FOLHAS GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: Potencia Mínima (KW/cv) 3.2 / 4.4 Volume de ar (m³/h) 755 / 620m³ cilindrada mínima de 9 cm³, Força de sopro (n) 41 com cintas costais acolchoadas.	UN	10,00					1.190,00	865,00				4.800,00	4.600,00	2.863,75	28.637,50
5	PERFURADOR SOLO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS Potência 52cc, Potência de Saída avaliada: 1,5kw, Velocidade de saída avaliada 9000: 500 rpm, Velocidade de saída avaliada 3000: 200 rpm, Capacidade Tanque: 1,2 L, Dimensões Da Broca: 80 X 20cm, Combustivel: Gasolina, Tipo Motor: 2 Tempos	UN	4,00					4.627,19					4.600,00	2.480,00	3.902,40	15.609,60
6	TRITURADOR DE GALHOS UN 1,00 Memorando 332 de 11/09/2025, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2035537 e CRC: AF42A3C7). Pág: 2/4 Motor: 40-60 CV, Velocidade de Rotação: 1500 RPM, Numero de Facas: 02 Und, Sistema de Corte: Disco, Capacidade de Corte: 230 (9) mm, Produção: 12 15 m³/h.	UN	1,00										351.400,00	352.820,00	352.110,00	352.110,00
7	ESTACAO DE TOPOGRAFIA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: Medição de ângulo: Resolução mínima/precisão 2"/5", Unidade mínima de leitura 1"/5" (0.0002/0.01gon, 0.005/0.02 mil),	UN	1,00					16.500,00							16.500,00	16.500,00

	Compensador líquido de eixo duplo, Faixa de compensação: ±6° Compensação da colimação On/Off (selecionável); Medição de distância: Alcance com prisma 4.000m Alcance sem prisma 500m, Precisão com prisma 1.5mm + 2 ppm,													
8	ALISADORA DE PISO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS, Motor 4tempo, potência 5,5hp, combus vel a gasolina, capacidade de tanque 3,6l, diâmetro de trabalho 914mm, dimensão de lâmina 340x150mm, rotação de trabalho 50 a 100rpm, peso 85kg.	UN	8,00								9.375,85	9.522,75	9.449,30	75.594,40
9	COMPACTADOR DE SOLO A GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS, Tipo: Monocilíndrico, 4 Tempos, refrigerado a ar, - Combus vel: Gasolina COMUM, Potência nominal: 6,5 HP, Compactação por ba da: 40-65mm, Placa Compactadora para adensamento da terra: 30x28 cm, Força de impacto: 12 KN, - Impacto P/M: 600-700 MAX, Tanque de combus vel: 4 L, Sistema de par da: Manual retrá I, Consumo médio	UN	6,00			6.882,83	8.970,50				11.617,38	12.374,82	9.961,38	59.768,30
10	ROÇADEIRA FIXA PARA TRATOR Roçadeira confeccionadas em aço de alta resistência transmissão rotação para giro facas com altura de corte mínimo de 60 mm, largura do corte 1,70,02 facas com rotação mínima de 1036 rpm. Largura de 2 mt, altura de 1,20mt. Rotação da tomada de potência 540 rpm.	UN	1,00								21.824,00	21.982,00	21.903,00	21.903,00
11	ROÇADEIRA ARTICULADA PARA TRATOR Roçadeira hidráulica ar culada, nova, ano e modelo 2021 ou superior, acoplável a trator agrícola pelo sistema hidráulico três pontos, acionada por tomada de força com no mínimo 540 rpm compa vel para ser acoplada em trator de 59 a 120cv, com válvula de alívio para proteção an navalhas, largura de corte no mínimo 1,5 metros, sistema de corte com 02 facas com	UN	1,00					51.200,00			83.600,00	87.900,00	74.233,33	74.233,33
12	MOTOSSERRA Com cilindrada de 72,2 cm³, potência máxima de 3,9 kw a 5,3 cv, peso de até 6,2kg sem conjunto de corte, acompanhado de sabre de 50cm corrente de 3/8, tanque de combus vel não inferior a 680ml rotação máxima de 12,500 rpm, garan a de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	10,00				3.360,00	1.499,00			4.400,00	5.300,00	3.639,75	36.397,50

13	BETONEIRA 2HP, MOTOR ELÉTRICO 220V Betoneira 2hp, frequência 60hz, capacidade do tambor de 400lt, capacidade de mistura de 280 a 310lt, rotação do motor de 1750rpm (indicada para mistura de concreto na construção civil, possui rodas maciças, cavalete em tubo retangular e suporte do tambor em tubo retangular, motor elétrico 220v.	UN	9,00				5.370,00				5.580,00	5.720,50	5.556,83	50.011,50
14	MAQUINA DE SOLDA MIG: COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: Tensão de Alimentação 3 220/380/440V (+/-10%), Frequência de Alimentação 50/60Hz, Faixa de UND 1,00 Memorando 332 de 11/09/2025, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2035537 e CRC: AF42A3C7). Pág: 3/4 Corrente 50 400A, Faixa de Tensão 17 - 34V, Tensão em Vazio 18 45Vdc, Cargas Autorizadas: # 400A / 34V @ 60%. , Níveis de Tensão	UN	1,00								26.100,00	26.883,00	26.491,50	26.491,50
15	MOTOSERRA Com cilindrada de 30.1 cm³ potência máxima de 1.3 kw a 1.7 cv, peso até 4.0 kg sem conjunto de corte acompanhado de sabre de 30 cm, corrente de 3/8, tanque de combus vel não inferior a 250ml, rotação máxima de 14.000 rpm, garan a de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UN	5,00				496,19				1.200,00	1.236,00	977,40	4.887,00
16	MOTOSERRA Com cilindrada de 91.1 cm³ potência máxima de 5,4 kw/cv, peso de até 7.4, sem conjunto de corte, acompanhado de sabre de 75 cm, corrente de 3/8 tanque de combus vel não inferior a 0,850 ml, garan a de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UN	5,00				5.000,00				5.009,00	5.159,30	5.056,10	25.280,50
17	MOTOPODA Com cilindrada de 36,3 cm³ potência máxima de 1.4 kw, peso até 7.2 kg, sabre de 30 cm, corrente de 3/8, tanque não inferior a 530ml, rotação máxima de 9.500 rpm com eixo telescópico que ajusta o comprimento da haste em até 3,9 mts, garan a de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UN	3,00				3.501,33				4.169,00	4.252,50	3.974,28	11.922,84
18	PULVERIZADOR Com cilindrada de 56,5 cm³, potência máxima de 2,6 kw a 3,5 dim-os peso até	UN	3,00			3.352,42	4.929,90				2.500,00	2.580,00	3.340,58	10.021,74

	11,1 kg, distancia de pulverização horizontal de 12mts e na ver cal 11,5, volume de recipiente de 13 lts com rotação Max. De 7.250rpm, garan a de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia													
19	ROÇADEIRA A GASOLINA, 2,3 CV, COM CILINDRADA DE 37,7 CM³, Profissional a gasolina com motor 02 tempos, com cilindrada de 37,7 cm³ potência mínima máxima de 1,7 kw / 2,3 cv, peso de 7,7 kg, tanque de combustível não inferior a 0,750 ml, com rotação máxima com mínimo de 12.500 rpm, garantia de 1(um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	40,00				3.663,03				3.550,00	3.656,50	3.623,18	144.927,20
20	PODADOR Podador para jardinagem a gasolina com baixo nível de vibração, cabo giratório de no mínimo 90º para ambos os lados, cilindrada de 22,7, potência de mínima de 0.7/1.0,	UN	3,00				1.248,90		1.058,93		3.560,00	3.832,50	2.425,08	7.275,24
21	ESCADA PINTOR EXTENSIVEL Escada extensível mista de madeira, altura de 6m , de 19 a 22 degraus.	UN	5,00				490,00		780,00		1.720,00	1.980,00	1.242,50	6.212,50
22	PLACA VIBRATORIA E COMPACTADOR PARA SOLO E ASFATO U lizado para obras de construção civil para serviços de compactação de Solo e asfalto, carcaça resistente e rolamentos de alta precisão, potência mínima do motor de 6,5 HP a gasolina, cabo isolado por coxins, rodas acopladas,	UN	2,00				6.006,67				8.377,00	8.795,85	7.726,51	15.453,02
23	PULVERIZADOR COSTAL Pulverizador Costal, manual de 18 litros com pressão prévia com gatilho	UN	10,00			349,00	346,44	226,82			658,17	722,80	460,65	4.606,50
24	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL Com porta acessório, mangueira de alta pressão de 8m com sistema anti-torção de trama de aço, trava de segurança e bico de alta pressão, vazão mínima de água de 580l/h, pressão mínima máxima de 110 bar, tensão nominal de 127v, potência mínima de 1,6/ 2,3kw, comprimento do cabo elétrico de 5 m, garantia de 1(um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	2,00				4.024,89	2.800,00			2.889,00	3.004,56	3.179,61	6.359,22
TOTAL DO VALOR GERAL ESTIMADO													R\$ 1.305.092,57	

---

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

---



Documento assinado eletronicamente por **JEANNE OJOPI SOARES, Auxiliar Administrativo**, em 23/01/2026 às 13:58, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 26/01/2026 às 10:20, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2367721** e o código verificador **999113C2**.

---

Referência: [Processo nº 1-4536/2025](#).

Docto ID: 2367721 v1





## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

<b>Órgão:</b>	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP
<b>Unidade:</b>	Gabinete do Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
<b>Serviço Ou/Aquisição:</b>	Aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes (motosserra, betoneira, soprador de folha, compressor de ar, perfurador de solo, triturador de galho, estação de topografia, alisadora de piso, compactador de solo, máquina de solda, motopoda, pulverizador, podador, escada, placa vibratória, lavadora de alta pressão e roçadeira articulada e roçadeira fixa), destinadas a manutenção da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

### INFORMAÇÕES BÁSICAS PROCESSO ADMINISTRATIVO

Número do Processo Administrativo N° 1-4536/2025

#### I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO;

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP é responsável por uma gama de serviços essenciais que impactam diretamente a qualidade de vida da população, abrangendo desde a manutenção da infraestrutura urbana e rural até a conservação de áreas públicas e suporte operacional às demais unidades da Administração Municipal.

Contudo, verifica-se um déficit significativo no acervo de equipamentos e ferramentas permanentes, seja por obsolescência, desgaste acentuado ou insuficiência quantitativa para atender à crescente demanda. Essa carência compromete não apenas a qualidade dos serviços prestados, mas também a segurança dos servidores, a eficiência operacional e a racionalidade na alocação de recursos, gerando, inclusive, gastos adicionais com manutenções corretivas e soluções improvisadas.

No setor de **Jardinagem e Limpeza Urbana**, o constante crescimento da malha urbana de Ji-Paraná e a ampliação de áreas verdes, praças, parques e demais espaços públicos exigem a intensificação dos serviços de poda, roçagem, conservação e limpeza. A inexistência de equipamentos adequados impede o atendimento eficiente dessas áreas, comprometendo tanto os aspectos estéticos quanto a segurança e salubridade dos ambientes urbanos.

No tocante à **manutenção de pontes e pontilhões**, o município conta com aproximadamente 153 estruturas, sendo a maioria localizada na zona rural. Tais obras, especialmente no contexto amazônico, são frequentemente afetadas por intempéries e requerem ações contínuas de recuperação e reconstrução. A ausência de ferramentas modernas atrasa essas intervenções, prejudica o escoamento da produção local e compromete o acesso a serviços essenciais como saúde e educação, impactando diretamente os direitos fundamentais da população rural.

As **equipes de infraestrutura e drenagem urbana**, responsáveis pela manutenção de bueiros, calçadas, ruas e sarjetas, também enfrentam obstáculos operacionais por falta de instrumentos adequados. Tais serviços visam garantir a mobilidade urbana segura, acessível e eficiente, sendo indispensáveis para a prevenção de alagamentos, deterioração viária e acidentes.

Por fim, o **setor de oficinas mecânicas e borracharia** da SEMOSP, que cuida da manutenção da frota pública, carece de ferramentas essenciais para realizar os serviços com celeridade e precisão. Sem esse suporte técnico, há risco iminente de paralisação de veículos e maquinários que são cruciais para a execução de todos os serviços da secretaria.

Diante desse cenário, fica clara a necessidade de a Administração Municipal atuar com agilidade e eficiência na formalização de uma **Ata de Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes** representa solução eficiente e estratégica para modernização da infraestrutura operacional da SEMOSP. Tal medida está amparada pelos princípios da eficiência, economicidade, continuidade dos serviços públicos e pela busca do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

#### II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO;

A presente contratação formalizada no [DFD - Formalização de Demanda 1350 de 08/04/2025 \(ID 1692337\)](#) está devidamente embasada na [Justificativa da Contratação Ausência no PCA vigente de 22/05/2025 \(ID 1770044\)](#) elaborada pela Unidade Gestora de Origem (UG Origem/Secretaria), quanto a ausência no Plano Anual de

de Contratações (PCA), e autorizada em ação conjunta pelo Secretário da Pasta e Secretário Municipal de Planejamento e homologação do Chefe do Executivo Municipal). Diante da Justificativa plausível supracitada, fica claro que não ocorreu qualquer planejamento no sentido de formatação da ata de registro de preço própria municipal, razão esta da ausência da demanda planejada e publicada. Temos assim o gestor ciente e compromissado na primeira oportunidade de atualização, a Secretária fará constar a presente intenção de aquisição.

### **III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;**

A presente contratação deverá observar os requisitos técnicos, funcionais, operacionais e legais indispensáveis à obtenção da solução mais adequada, garantindo a eficiência na execução dos serviços públicos e o uso racional dos recursos públicos, conforme abaixo especificado:

#### **OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

A aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços, de equipamentos e ferramentas permanentes, conforme as especificações técnicas detalhadas e quantitativos definidos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), visa atender de forma contínua e planejada às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP).

#### **REQUISITOS TÉCNICOS E FUNCIONAIS DOS ITENS**

Todos os materiais (equipamentos e ferramentas permanentes) a serem adquiridos deverão obrigatoriamente:

- Estar em conformidade com Normas Técnicas Brasileiras (ABNT) ou normais internacionais equivalentes;
- Apresentar certificações de segurança, qualidade e desempenho, quando aplicável;
- Possuir garantia mínima de 12(doze) meses contra defeitos de fabricação;
- Serem fornecidos com manual de instrução e manutenção em língua portuguesa;
- Serem novos, de primeiro uso, sem avarias, com fabricação recente (máximo 12 meses da data de entrega).

#### **REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

Em atenção ao disposto no artigo 225 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, e considerando os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação deverá observar diretrizes de sustentabilidade que privilegiem práticas administrativas responsáveis e ambientalmente corretas.

Desse modo, a SEMOSP deverá priorizar produtos e equipamentos que:

- Promovam menor impacto ambiental sobre os recursos naturais;
- Apresentem maior eficiência energética e menor consumo de água e combustível;
- Sejam provenientes de cadeias produtivas regulares sob o ponto de vista ambiental e trabalhista;
- Façam uso de inovações tecnológicas sustentáveis que aumentem a vida útil e reduzam a necessidade de substituições;
- Possuam embalagens preferencialmente individuais, com menor volume possível, produzidas com materiais recicláveis e que assegurem proteção adequada durante o transporte e o armazenamento;
- Disponibilizem assistência técnica e peças de reposição no território nacional, evitando descarte precoce e reduzindo impactos ambientais.

#### **REQUISITOS DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (CONDIÇÕES DE ENTREGA, LOCAL, PRAZO, RECEBIMENTO E LOGÍSTICA)**

Os materiais (equipamentos e ferramentas permanentes) adquiridos deverão ser entregues nos seguintes locais indicado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos -SEMOSP:

Almoxarifado Central, localizado à Av. Clóvis Arraes - RO 135 Km 1, S/N, saída para Nova Londrina, Zona Rural, Cep: 76.900-970, cidade de Ji-Paraná/Rondônia, ponto de referência - Antigo PATERNON Centro de Eventos. Horário de atendimento: das 08h às 13h, de segunda a sexta-feira. Contato: Diretor do Almoxarifado Central - Elci Ferreira de Abreu, telefone nº (69) 9.9226-2425.

Sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos no 1º Distrito, localizado na Avenida Dois de abril, 2221 - Bairro Jardim dos Migrantes - Ji-Paraná - Rondônia. CEP: 76.900-805 Fone/fax: (069) 3416-4161, horário de atendimento: das 07h30 às 13h30, de segunda à sexta-feira. Contato: Secretária Municipal de Obras e Serv. Públicos - Interina- Valquíria Rodrigues Luz de Andrade contato no telefone nº (69) 9.9219-3395.

Os Materiais deverão ser apresentados com informações claras, precisas e ostensivas em língua portuguesa sobre suas características, marca, modelo, procedência, quantidade, qualidade, especificação, preço, origem, e demais informações exigidas pelos órgãos reguladores competentes. Eventuais modificações nas características técnicas

somente poderão ser realizadas mediante justificativa técnica da Contratada e prévia aprovação da fiscalização. Os materiais a serem adquiridos se enquadram como bens comuns, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado.

Todos materiais entregues deversão ser novos, de primeiro uso e em perfeitas condições de funcionamento, não sendo admitidos itens reconicionados ou fora dos padrões de exigidos. A entrega deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada da Contratada e aceitação da fiscalização. Após a entrega, os produtos serão recebidos provisoriamente pelo almoxarifado do setor competente, com prazo de até 10 (dez) dias úteis para conferência quanto à quantidade, estado da embalagem e documentação fiscal, e definitivamente pela Secretaria, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, desde que estejam com conformidade com as especificações do Termo de Referência e do contrato.

Mesmo após o recebimento definitivo, a empresa poderá ser acionada para troca de qualquer item que apresentar defeitos inerentes à qualidade e desempenho, ainda que não tenham sido identificados no momento da conferência, pois há falhas que apenas se revelam durante o uso continuado dos materiais. Todos os materiais fornecidos deverão ter garantia mínima 12 (doze) meses, e durante esse período, a contratada deverá substituir, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após solicitação da contratante, quaisquer itens com defeito, sem ônus adicional. Os materiais substituídos deverão ser novos, originais, de primeiro uso e com qualidade igual ou superior às originais, abrangendo inclusive a realização de manutenção corretiva, exceto no caso de mau uso.

O fornecedor deverá entregar os bens acompanhados de Nota Fiscal, contendo, de forma detalhada, a marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, dentro do horário e expediente da Administração Pública Municipal, das 07h30 às 13h30, de segunda à sexta-feira. A contratada será responsável por quaisquer vícios ou danos relacionados aos materiais fornecidos, nos termos dos artigos 12, 13 18 e 26 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), obrigando-se a substituir, corrigir ou reparar, às suas custas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os itens com defeito ou avaria, conforme determinação da Administração.

O fornecedor deverá atender prontamente a todas as exigências da Administração relacionadas à execução contratual e comunicar, com antecedência mínima de 15(quinze) dias, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando as devidas comprovações. Fica vedada a transferência a terceiros, total ou parcial, das obrigações assumidas, bem como a subcontratação de qualquer parte da execução, salvo se expressamente autorizado pela Administração nos termos da legislação vigente.

A contratada também será responsável por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia, e demais custos que incidam ou venham incidir sobre a prestação contratada. Além disso, a empresa deverá estar regular junto às Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, ao FGTS, à Justiça do Trabalho, e não poderá estar impedida de contratar com a Administração Pública. Será dada prioridade à contratação de fornecedores que comprovem práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

#### **REQUISITOS LEGAIS EXTERNOS**

A Contratada observará integralmente as seguintes normas:

- Lei Complementar nº101/2000;
- Lei Federal nº4.320/1964;
- Lei Federal nº14.133/2021;
- Decreto Federal nº 11.462/2023;
- Decreto Municipal nº 1384/2024
- Decreto Municipal nº 1385/2024;
- Lei Complementar n. 123/2006;
- E demais legislações aplicáveis.

#### **REQUISITOS DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**

- Disponibilizar o local, data e horário para recebimento provisório dos materiais;
- Prestar as informações necessárias para o fiel cumprimento do objeto;
- Realizar a conferência minuciosa dos materiais entregues para fins de aceite definitivo;
- Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por servidor designado;
- Efetuar o pagamento conforme condições pactuadas e prazo previstos.

**IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE; QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA;**

O art.40, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021, informa que as aquisições deverão ser precedidas de estimativa de consumo, devendo a Secretaria justificar por meio de parâmetros a definição do quantitativo que se pretende registrar.

A secretaria apresentou a seguinte justificativa:

A estimativa de quantitativo está sendo baseada no levantamento histórico de aquisições anteriores, permitindo aferir os quantitativos estimados de (equipamentos e ferramentas) utilizados os serviços rotineiros realizados e a necessidade de atendimento contínuo pelos técnicos das equipes operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP e de acordo com a necessidade de complementar a estrutura existente dos serviços em levantamento histórico de aquisições anteriores, sendo consideradas as seguintes **ATAS ANEXO ETP**:

- Processo nº 1-12788/2021 [Ata de Registro de Preços 065-SUPECOL-PMJP-2022-SRP de 27/11/2025 \(ID 2224861\)](#)
- Processo nº 1- 9997/2023 - [Ata de Registro de Preços 070-SUPECOL-PMJP-2023-SRP de 27/11/2025 \(ID 2224902\)](#); esta última executada no exercício de 2023;

Com base nesse histórico e nas projeções das atividades previstas no planejamento da SEMOSP, considerando os registros históricos de aquisições anteriores, foi possível projetar as quantidades estimadas para o exercício 2025 proposta visa garantir a operacionalidade mínima necessária das seguintes equipes da SEMOSP:

Equipes 01 Limpeza e Jardinagem;  
Equipes 02 Pontes e Pontilhões;  
Equipes 03 Bueiros e Calçadas;  
Equipes 04 Oficina Mecânica e Borracharia.

Assim foi formatado os seguintes cálculos em relação a quantidade a ser projetada para registro: devidamente distribuídos entre as equipes:

item	Código do Produto	Descrição do Produto	Quantidade Estimada	Und. Med.	Distribuição dos itens por Equipes Operacionais			
					01 - Equipe Limpeza e Jardinagem	02 - Equipe Pontes e Pontilhões	03 - Equipe Bueiros e Calçadas	04-Equipe Oficina Mecânica Borracharia
1	054.001.024	<b>SOPRADOR DE FOLHAS, PROFICIONAL, A GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS:</b> Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 0,40 litros Cilindrada mínimo de 27,2cm³ - Peso máximo de aproximadamente 4,5 kg Velocidade do ar no mínimo de 80 (m/s) Rotação de 2.500 e máxima de 7.500 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	20	UND.	20	0	0	0
2	059.001.264	<b>COMPRESSOR DE AR 120 PES</b> Compressor de ar 120 pés Motor de: 30 hp trifásico Tensão: 380/660V Vazão de: 120 pcm (3398 L/min) Pressão máxima de: 175 PSI (12,07 bar) Reservatório de: 500 litros	3	UND.	0	0	0	3
3	059.001.265	<b>COMPRESSOR DE AR 40 PES</b> Compressor de Ar de 40 Pes, Tensão: 220/380V Pressão de igual ou superior a 175 lb, Volume do Reservatorio: 250L Nº de Estagios: 2 Nº de Pistões: 2-L	3	UND.	3	0	0	0
4	054.001.054	<b>SOPRADOR DE FOLHAS GASOLINA</b> com as seguintes características: Potencia Mínima (KW/cv) 3.2 / 4.4,	10	UND.	10	0	0	0

		Volume de ar (m³/h) 625/ 2025m³, cilindrada de 79,9 cm³, peso de 10,6 kg, rotação máxima com mínimo de 2500rpm, Força de sopro (n) 41- com cintas costais acolchoadas, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.						
5	054.001.055	<b>PERFURADOR SOLO</b> com as seguintes características: Potencia 52cc, Potencia de Saída avaliada: 1,5kw, Velocidade de saída avaliada 9000: 500 rpm, Velocidade de saída avaliada 3000: 200 rpm, Capacidade Tanque: 1,2 L, Dimensões Da Broca: 80 X 20cm, Combustível: Gasolina, Tipo Motor: 2 tempos.	4	UND.	0	4	0	0
6	054.001.0546	<b>TRITURADOR DE GALHOS</b> Com as seguintes características: Motor: 40-60 CV, Velocidade de Rotação: 1500 RPM, Número de Facas: 03 Und, Sistema de Corte: Disco, Capacidade de Corte: 230 (9) mm, Produção: de 12 m³/h a 18 m³/h.	1	UND.	1	0	0	0
7	054.001.057	<b>ESTACAO DE TOPOGRAFIA</b> COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: Medição de ângulo: Resolução mínima/precisão2"/5", Unidade mínima de leitura1"/5" (0.0002/0.01gon, 0.005/0.02 mil), Compensador líquido de eixo duplo, Faixa de compensação: ±6' Compensação da colimação On/Off (selecionável); Medição de distância: Alcance com prisma 4.000m Alcance sem prisma 500m, Precisão com prisma 1.5mm + 2 ppm, Precisão sem prisma 2.0mm + 2ppm (0.2 200m) Tempo de medição Fino: 0,9 seg., Rápido: 0,6 seg. Rastreo: 0,4 seg. Comunicação BlueTooth classe 1,5, Alcance até 10m Memória Flash USB (Máx 32GB); Serial RS232C, USB2.0 (Tipo A para memória USB).  Geral Display LCD, 192 x 80 pontos, Iluminação (On/Off) (Selecionável) / Teclado alfanumérico/ 28 teclas com iluminação, Autonomia de bateria até 14 horas, Proteção contra poeira / água IP66 Temperatura de operação 20°C até 60°C. acompanhado 02 bastões telescópio de 3,5M e 28mm de diâmetro com rosca, tripé de alumínio com trava rápida na parte superior e trava borboleta na inferior, prisma circular 64mm com garfo de metal e alvo articulável e guarda sol topográfico.	1	UND.	0	0	1	0
8	054.001.058	<b>ALISADORA DE PISO</b> COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS, Motor 4tempo, potência 5,5hp, combustível a gasolina, capacidade de tanque 3,6l, diâmetro de trabalho 914mm, dimensão de lâmina 340x150mm, rotação de trabalho 50 a 100rpm, peso 85kg.	8	UND.	0	0	8	0
9	054.001.059	<b>COMPACTADOR DE SOLO A GASOLINA</b> COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS, Tipo: Monocilíndrico, 4 Tempos, refrigerado a ar, - Combustível: Gasolina COMUM, Potência nominal: 6,5 HP, Compactação por batida: 40-65mm, Placa Compactadora para adensamento da terra: 30x28 cm, Força de impacto: 12 KN, Tanque de combustível: mínimo de 2,5 L, Sistema de partida: Manual retrátil.	6	UND.	0	0	6	0
10	059.001.263	<b>ROÇADEIRA FIXA PARA TRATOR</b> Roçadeira confeccionadas em aço de alta resistência transmissão rotação para giro facas com altura de corte mínimo de 60 mm, largura do corte 1680 mm com 02	1	UND.	1	0	0	0

		facas com rotação mínima de 940 rpm. Largura de 2 mt, altura de 1,20mt. Rotação da tomada de potência 540 rpm.						
11	059.001.262	<b>ROÇADEIRA ARTICULADA PARA TRATOR</b> Roçadeira hidráulica articulada, nova, ano e modelo 2024 ou superior, acoplável a trator agrícola pelo sistema hidráulico três pontos, acionada por tomada de força com no mínimo 540 rpm compatível para ser acoplada em trator de 59 a 120 cv, com válvula de alívio para proteção anti navalhas, largura de corte no mínimo 1,5 metros, sistema de corte com 02 facas com rotação mínima de 1050rpm, alcance mínimo de corte 4.8 a 5,8 metros na altura, altura mínima de corte de 20 mm, peso total do equipamento no máximo 1.200 kg, possibilidade de operação nos planos horizontal, vertical, aclive e declive, velocidade de operação de 3 km/h ou superior, roda de apoio traseira, com comando por joystick.	1	UND.	1	0	0	0
12	116.001.001	<b>MOTOSERRA</b> Com cilindrada de 72,2 cm³, potência máxima de 3,9 kw a 5,3 cv, peso de até 6,2kg sem conjunto de corte, acompanhado de sabre de 50cm corrente de 3/8, tanque de combustível não inferior a 680ml, mínimo de rotação máxima de 12,500 rpm, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	10	UND.	0	10	0	0
13	018.001.826	<b>BETONEIRA 2HP, MOTOR ELETRICO 220V</b> Betoneira 2hp, frequência 60hz, capacidade do tambor de 400lt, capacidade de mistura de 280 a 310lt, rotação do motor de 1750rpm (indicada para mistura de concreto na construção civil, possui rodas maciças, cavalete em tubo retangular e suporte do tambor em tubo retangular, motor elétrico 220v	9	UND	0	0	9	0
14	087.001.008	<b>MAQUINA DE SOLDA MIG:</b> COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: Tensão de Alimentação: 3 220/380/440V (+/-10%), Frequência de Alimentação: 50/60Hz, Faixa de Corrente: 50 400A, Faixa de Tensão: 17 - 34V, Tensão em Vazio: 18 - 45Vdc, Cargas Autorizadas: 400A / 34V @ 60%. , Níveis de Tensão: 30, Potência: 19,9kVA, Velocidade do Arame: 1 - 19m/min, Peso máximo do rolo de arame: 18kg, Diâmetro máximo do rolo de arame: 300mm, Diâmetro do Arame: Sólido 0,6 - 1,6mm, Alumínio 0,8 - 1,6mm, Tubular 0,9 - 1,6mm, Fusível Recomendado: 60A 220V / 40A 380V / 30A 440V, Classe de Proteção: IP 21S, Dimensões (L x C x A): 620 x 1080 x 950mm, Peso 150kg.	1	UND.	0	0	0	1
15	087.001.009	<b>MOTOSERRA COM CILINDRADA DE 30.1 CM³ POTENCIA MÁXIMA DE 1.3 KW</b> Com cilindrada de 30.1 cm³ potência máxima de 1.3 kw a 1.7 cv, peso até 4.0 kg sem conjunto de corte acompanhado de sabre de 30 cm, corrente de 3/8, tanque de combustível não inferior a 250ml, mínimo de rotação máxima de 14.000 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	5	UND.	1	4	0	0
16	116.001.005	<b>MOTOSERRA COM CILINDRADA DE 91.1 CM³ POTENCIA MÁXIMA DE 5,4 KW/CV</b> Com cilindrada de 91.1 cm³ potência máxima de 5,4 kw/cv, peso de até 7.4, sem conjunto de corte, acompanhado de	5	UND.	1	4	0	0

		sabre de 75 cm, corrente de 3/8 tanque de combustível não inferior a 0,850 ml, mínimo de rotação máxima de 14000 rpm. garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.						
17	116.001.006	<b>MOTOPODA COM CILINDRADA DE 36,3 CM³ POTENCIA MAXIMA DE 1,4 KW</b> Motopoda com cilindrada de 36,3 cm³ potencia máxima de 1.4 kw, peso até 7,2 kg, sabre de 30 cm, corrente de 3/8, tanque não inferior a 530ml, rotação máxima de 9.500 rpm com eixo telescópico que ajusta o comprimento da haste em até 3,9 mts, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	3	UND.	3	0	0	0
18	116.001.007	<b>PULVERIZADOR COM CILINDRADA DE 56,5 CM³, POTENCIA MAXIMA DE 2,6 KW À 3,5</b> Pulverizador Com cilindrada de 56,5 cm³, potência máxima de 2,6 kw a 3,5 dim-os peso 11,1 kg, distancia de pulverização horizontal mínima de 12mts e na vertical 11,5, volume de recipiente de 13 lts, rotação máxima com mínimo de 7.250rpm, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	3	UND.	3	0	0	0
19	087.001.011	<b>ROÇADEIRA A GASOLINA, 2,3 CV, COM CILINDRADA DE 37,7 CM³</b> Profissional a gasolina com motor 02 tempos, com cilindrada de 37,7 cm³ potência mínima máxima de 1,7kw/2,3 cv, peso de 7,7 kg, tanque de combustível não inferior a 0,750 ml, com rotação máxima com mínimo de 12.500 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	40	UND.	40	0	0	0
20	116.001.009	<b>PODADOR</b> Podador para jardinagem a gasolina com baixo nível de vibração, cabo giratório de no mínimo 90° para ambos os lados, cilindrada de 22,7, potência de mínima de 0.7/1.0, comprimento de corte de 60 cm, comprimento total de 120 cm rotação de trabalho mínima de 3,200 rpm, tanque não inferior a 460ml, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	3	UND.	3	0	0	0
21	116.001.011	<b>ESCADA PINTOR EXTENSIVEL</b> Escada extensível mista de madeira, altura de 6 m de 19 a 22 degraus	5	UND.	5	0	0	0
22	116.001.012	<b>PLACA VIBRATORIA E COMPACTADOR PARA SOLO E ASFATO</b> Utilizado para obras de construção civil para serviços de compactação de Solo e asfalto, carcaça resistente e rolamentos de alta precisão, potência mínima do motor de 6,5 HP a gasolina, cabo isolado por coxins, rodas acopladas,	2	UND.	0	0	2	0
23	001.003.215	<b>PULVERIZADOR COSTAL</b> Manual de 18 litros com compressão previa com gatilho.	10	UND.	10	0	0	0
24	018.001.827	<b>LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL</b> Com porta acessório, mangueira de alta pressão de 8m com sistema anti-torção de trama de aço, trava de segurança e bico de alta pressão, vazão mínima máxima de água de 580 l/h, pressão mínima máxima de 110 bar, tensão nominal de 127v, potência mínima de 1,6/2,3 kw, comprimento do cabo elétrico de 5 m, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	2	UND.	0	0	0	0

## **JUSTIFICATIVA TÉCNICA DOS QUANTITATIVOS DISTRIBUIDOS POR EQUIPE:**

A estimativa dos quantitativos, bem como sua distribuição entre as quatro equipes operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP, foi fundamentada em critérios técnicos, operacionais e logísticos, considerando:

- A natureza das atividades desempenhadas por cada equipe;
- A frequência e intensidade de uso dos equipamentos;
- A necessidade de equipamentos sobressalentes para atendimento emergencial;
- O desgaste natural pelo uso intensivo em campo;
- A cobertura territorial de atuação, que inclui área urbana e distritos rurais.

### **Equipe 01 Limpeza e Jardinagem**

Atribuições: poda de árvores, manutenção de áreas verdes, jardinagem, limpeza de praças, parques, canteiros, escolas, creches e vias públicas.

**Justificativa:** O alto volume de serviços executados diariamente por esta equipe exige uma maior quantidade de equipamentos como roçadeiras, sopradores, pulverizadores e podadores. Os itens foram dimensionados para permitir o trabalho simultâneo de vários servidores, garantir rotatividade de uso e atender à demanda crescente de serviços urbanos. A inclusão de escadas e motopodas visa alcançar áreas de difícil acesso e atender normas de segurança nas podas elevadas.

### **Equipe 02 Pontes e Pontilhões**

Atribuições: construção, manutenção e recuperação de pontes e pontilhões em madeira ou concreto, principalmente na zona rural.

**Justificativa:** A necessidade de equipamentos robustos como motosserras de alta potência, perfuradores de solo e betoneiras se justifica pelo tipo de obra enfrentado com exigência de corte de madeira, mistura de concreto e escavações. Os quantitativos foram definidos para garantir o funcionamento pleno das frentes de serviço, que são frequentemente mobilizadas em locais remotos e de difícil acesso, onde o deslocamento de equipamentos sobressalentes não é imediato.

### **Equipe 03 Bueiros e Calçadas**

Atribuições: construção, ampliação e manutenção de bueiros, calçadas, sarjetas, meio-fio e drenagem superficial.

**Justificativa:** A equipe necessita de alisadoras de piso, compactadores de solo e placas vibratórias para garantir a qualidade da pavimentação e a durabilidade das obras de drenagem e acessibilidade urbana. A estação de topografia é essencial para medição e nivelamento dos trechos a serem trabalhados. Os quantitativos refletem o trabalho constante e a simultaneidade de frentes operacionais em diferentes regiões da cidade.

### **Equipe 04 Oficina Mecânica e Borracharia**

Atribuições: manutenção preventiva e corretiva de veículos e maquinários da frota da SEMOSP.

**Justificativa:** A dotação de compressores de ar, máquina de solda e lavadoras de alta pressão atende à rotina diária de manutenção e reparos dos veículos e equipamentos utilizados pelas demais equipes. A especificação da potência e capacidade dos equipamentos foi dimensionada para atender ao porte e volume da frota. A disponibilidade de equipamentos adequados melhora a produtividade dos servidores e evita paralisações prolongadas por falhas mecânicas.

A distribuição técnica dos quantitativos visam garantir a adequada cobertura das frentes de trabalho, permitindo maior agilidade, padronização dos serviços e redução de riscos operacionais, além de reforçar a economicidade ao evitar a contratação emergencial ou improvisação com equipamentos inadequados.

## **V. LEVANTAMENTO DE MERCADO QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR;**

### **ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS**

Durante a fase de planejamento, esta equipe técnica analisou distintas alternativas para suprir as necessidades operacionais da SEMOSP, avaliando critérios de viabilidade técnica, eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos. As opções consideradas foram:

#### **Solução 01 Aquisição direta por demanda individualizada (pregões fracionados)**

**Desvantagens:** maior custo administrativo com abertura de múltiplos processos licitatórios; risco de desabastecimento; dificuldade de controle de estoque; perda de economia de escala.

#### **Solução 02 Locação de equipamentos e ferramentas:**



**Desvantagens:** custo elevado em comparação com a aquisição em longo prazo; dificuldade na operacionalização contínua; indisponibilidade de certos itens no mercado de locação (ex: trituradores de galho, motopoda, estação total).

**Vantagens:** ideal para situações emergenciais ou eventos de curta duração não aplicável ao caso da SEMOSP.

### **Solução 03 Compartilhamento Intersectorial de Equipamentos existentes:**

**Desvantagens:** inviável diante da quantidade insuficiente de equipamentos e da simultaneidade das demandas. O uso compartilhado já vem sendo praticado, mas mostra-se insuficiente para garantir a continuidade dos serviços

### **Solução 04 Adoção de Registro de Preços para aquisição gradual**

**Vantagens:** permite atendimento contínuo das demandas por 12(doze) meses, sem a necessidade de realizar novos procedimentos licitatórios; favorece a economia de escala; assegura celeridade no atendimento a situações emergenciais; flexibilidade para aquisições conforme a disponibilidade orçamentária.

Após análise comparativa, a Administração optou por adotar a **Solução 04 - Sistema de Registro de Preços (SRP)** como solução mais viável técnica e economicamente para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP).

### **JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA SOLUÇÃO ADOTADA**

A escolha pelo **Registro de Preços** permite à Administração:

- Manter um contrato flexível e escalonado, compatível com a natureza intermitente da necessidade dos itens;
- Adquirir apenas as quantidades estritamente necessárias ao longo da vigência da ata, evitando estoques desnecessários e riscos de perecimento;
- Garantir atendimento rápido em situações emergenciais, sem necessidade de novo processo licitatório;
- Obter melhores condições de preço por meio da centralização de demanda e previsão anual de consumo;
- Do ponto de vista técnico, essa modalidade se coaduna com as características dos objetos permanentes a serem adquiridos, os quais não exigem fornecimento contínuo, mas são essenciais ao funcionamento regular das equipes de trabalho.

### **JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ADOTADA**

A adoção do SRP resulta em benefícios econômicos mensuráveis, tais como:

- Economia de escala: centralização da demanda gera preços mais competitivos;
- Redução de custos administrativos: evita a repetição de atos processuais em contratações fragmentadas;
- Eficiência orçamentária: possibilita adequar as aquisições conforme disponibilidade financeira;
- Evita contratações emergenciais: reduz riscos de dispêndios não planejados e preços elevados.

Portanto, a solução escolhida está amparada nos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e planejamento, conforme estabelecido no caput do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

## **VI. ESTIMATIVA DE CUSTO DA CONTRATAÇÃO;**

A estimativa prévia de valor da contratação é de **R\$ 1.305.092,57 (Um milhão trezentos e cinco mil noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos)**, [Cotação ETP de 25/09/2025 \(ID 2073482\)](#) foi realizada em conformidade com inciso II, art.23, da Lei Federal nº 14.133/2021, in verbis:

**Art. 23.** O valor previamente esmado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

*I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ou (banco de preços).*

*II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso (app menor preço).*

*III - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; (fornecedores locais).*

As referências de preços, as memórias de cálculo, bem como os documentos que fundamentam a estimativa, encontram-se detalhados na planilha abaixo e no anexo contendo as cotações obtidas junto aos fornecedores especializados:

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UND	QUANT.	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ORÇÃOS)	PAINEL DE PREÇOS	PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PUBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	TCE/RADAR MATO GROSSO	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL	FORNECEDOR LOCAL: HILGERT & CIA LTDA	FORNECEDOR LOCAL: E L N COMERCIO E SERVICOS LTDA-EPP	VALOR UNITARIO MÉDIA ARITMÉTICA	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	SOPRADOR DE FOLHAS, PROFICIONAL, A GASOLINA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: Capacidade do tanque de combus vel de no mínimo 0,40 litros Cilindrada mínima de 27,2cm³ Peso máximo de aproximada mente 4,5 kg Velocidade do ar no mínimo de 80 (m/s) - Rotação de 2.500 e máxima de 7.500 rpm.	UN	20,00		883,60			696,50					1.950,00	2.120,00	1.413,00	28.260,00
2	COMPRESSOR DE AR 120 PÉS Compressor de ar 120 pés Motor de: 30 hp trifásico Tensão: 380/660V Vazão de: 120 pcm (3398 L/min) Pressão máxima de: 175 PSI (12,07 bar) Reservatório de: 500 litros	UN	3,00										68.570,12	70.210,00	69.390,069	208.170,18
3	COMPRESSOR DE AR 40 PÉS Compressor de Ar de 40 Pés. Tensão: 220/380V Pressão de igual ou superior a 175 lb, Volume do Reservatório: 250LNº de Estágios: 2 Nº de Pistões: 2-L	UN	3,00										24.750,00	24.890,00	24.820,00	74.460,00
4	SOPRADOR DE FOLHAS GASOLINA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: Potencia Mínima (KW/cv) 3.2 / 4.4, Volume de ar (m³/h) 755 / 620m³, cilindrada mínima de 9 cm³, Força de sopro (n) 41 com cintas costais acolchoadas.	UN	10,00					1.190,00	865,00				4.800,00	4.600,00	2.863,75	28.637,50
5	PERFURADOR SOLO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS Potência 52cc, Potência de Saída avaliada: 1,5kw, Velocidade de saída avaliada 9000: 500 rpm, Velocidade de saída avaliada 3000: 200 rpm, Capacidade Tanque: 1,2 L, Dimensões Da Broca: 80 X 20cm, Combustivel: Gasolina, Tipo Motor: 2 Tempos	UN	4,00					4.627,19					4.600,00	2.480,00	3.902,40	15.609,60
6	TRITURADOR DE GALHOS UN 1,00 Memorando 332 de 11/09/2025, assinado na forma do Decreto nº 435/2023 (ID: 2035537 e CRC: AF42A3C7). Pág: 2/4 Motor: 40-60 CV, Velocidade de Rotação: 1500 RPM, Número de Facas: 02 Und, Sistema de Corte: Disco, Capacidade de Corte: 230 (9) mm, Produção: 12 15 m³/h.	UN	1,00										351.400,00	352.820,00	352.110,00	352.110,00
7	ESTACAO DE TOPOGRAFIA COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: Medição de ângulo: Resolução mínima/precisão 2"/5", Unidade mínima de leitura 1"/5" (0.0002/0.01gon, 0.005/0.02 mil), Compensador líquido de eixo duplo, Faixa de compensação: ±6' Compensação da colimação On/Off (selecionável), Medição de distância: Alcance com prisma 4.000m Alcance sem prisma 500m, Precisão com prisma 1.5mm + 2 ppm,	UN	1,00					16.500,00							16.500,00	16.500,00
8	ALISADORA DE PISO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS, Motor 4tempo, potência 5,5hp, combustivel a gasolina, capacidade	UN	8,00										9.375,85	9.522,75	9.449,30	75.594,40

	de tanque 3,6l, diâmetro de trabalho 914mm, dimensão de lâmina 340x150mm, rotação de trabalho 50 a 100rpm, peso 85kg.														
9	COMPACTADOR DE SOLO A GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS, Tipo: Monocilíndrico, 4 Tempos, refrigerado a ar, - Combustível: Gasolina COMUM, Potência nominal: 6,5 HP, Compactação por batida: 40-65mm, Placa Compactadora para adensamento da terra: 30x28 cm, Força de impacto: 12 KN, - Impacto P/M: 600-700 MAX, Tanque de combustível: 4 L, Sistema de partida: Manual retrátil, Consumo médio	UN	6,00			6.882,83	8.970,50				11.617,38	12.374,82	9.961,38	<b>59.768,30</b>	
10	ROÇADEIRA FIXA PARA TRATOR Roçadeira confeccionadas em aço de alta resistência transmissão rotação para giro facas com altura de corte mínimo de 60 mm, largura do corte 1,70,02 facas com rotação mínima de 1036 rpm. Largura de 2 mt, altura de 1,20mt. Rotação da tomada de potência 540 rpm.	UN	1,00								21.824,00	21.982,00	21.903,00	<b>21.903,00</b>	
11	ROÇADEIRA ARTICULADA PARA TRATOR Roçadeira hidráulica articulada, nova, ano e modelo 2021 ou superior, acoplável a trator agrícola pelo sistema hidráulico três pontos, acionada por tomada de força com no mínimo 540 rpm com velocidade para ser acoplada em trator de 59 a 120 cv, com válvula de alívio para proteção anavalhas, largura de corte no mínimo 1,5 metros, sistema de corte com 02 facas com	UN	1,00					51.200,00			83.600,00	87.900,00	74.233,33	<b>74.233,33</b>	
12	MOTOSERRA Com cilíndrica de 72,2 cm³, potência máxima de 3,9 kw a 5,3 cv, peso de até 6,2kg sem conjunto de corte, acompanhado de sabre de 50cm corrente de 3/8, tanque de combustível não inferior a 680ml rotação máxima de 12,500 rpm, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	10,00				3.360,00	1.499,00			4.400,00	5.300,00	3.639,75	<b>36.397,50</b>	
13	BETONEIRA 2HP, MOTOR ELÉTRICO 220V Betoneira 2hp, frequência 60hz, capacidade do tambor de 400lt, capacidade de mistura de 280 a 310lt, rotação do motor de 1750rpm (indicada para mistura de concreto na construção civil, possui rodas maciças, cavaletes em tubo retangular e	UN	9,00				5.370,00				5.580,00	5.720,50	5.556,83	<b>50.011,50</b>	

	suporte do tambor em tubo retangular, motor elétrico 220v.																
14	MAQUINA DE SOLDA MIG: COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: Tensão de Alimentação: 30 - 220/380/440V (+/-10%), Frequência de Alimentação: 50/60Hz, Faixa de Corrente: 50-400A, Faixa de Tensão: 17-34V, Tensão em Vazio: 18-45VDc, Cargas Autorizadas: 400A/ 34V @60%, Níveis de Tensão: 30, Potência: 19kVA, Velocidade do Arame: 1 -19m/min, Peso máximo do rolo de arame: 18kg, Diâmetro máximo do rolo de arame: 300mm, Diâmetro do arame: Sólido 0,6-1,6mm, Alumínio 0,8-1,6mm, Tubular 0,9-1,6mm, Fusível Recomendado: 60A 220V / 40A 380V / 30A 440V, Classe de Proteção: IP 21S, Dimensões (L x C x A): 620 x 1080 x 950mm, Peso 150kg.	UN	1,00									26.100,00	26.883,00	26.491,50	26.491,50		
15	MOTOSERRA Com cilindrada de 30.1 cm³ potência máxima de 1.3 kva 1.7 cv, peso até 4.0 kg sem conjunto de corte acompanhado de sabre de 30 cm, corrente de 3/8, tanque de combus vel não inferior a 250ml, rotação máxima de 14.000 rpm, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	5,00				496,19					1.200,00	1.236,00	977,40	4.887,00		
16	MOTOSERRA Com cilindrada de 91.1 cm³ potência máxima de 5,4 kw/cv, peso de até 7.4, sem conjunto de corte, acompanhado de sabre de 75 cm, corrente de 3/8 tanque de combus vel não inferior a 0,850 ml, garan a de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UN	5,00					5.000,00				5.009,00	5.159,30	5.056,10	25.280,50		
17	MOTOPODA Com cilindrada de 36,3 cm³ potência máxima de 1.4 kw, peso até 7.2 kg, sabre de 30 cm, corrente de 3/8, tanque não inferior a 530ml, rotação máxima de 9.500 epm com eixo telescópico que ajusta o comprimento da haste em até 3,9 mts, garan a de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UN	3,00				3.501,33					4.169,00	4.252,50	3.974,28	11.922,84		
18	PULVERIZADOR Com cilindrada de 56,5 cm³, potência máxima de 2,6 kw a 3,5 dim-os peso até 11,1 kg, distancia de	UN	3,00			3.352,42	4.929,90					2.500,00	2.580,00	3.340,58	10.021,74		

	pulverização horizontal de 12mts e na ver cal 11,5, volume de recipiente de 13 lts com rotação Max. De 7.250rpm, garan a de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia														
19	ROÇADEIRA A GASOLINA, 2,3 CV, COM CILINDRADA DE 37,7 CM³ Profissional a gasolina com motor 02 tempos, com cilindrada de 37,7 cm³ potência mínima máxima de 1,7kw/2,3 cv, peso de 7,7 kg, tanque de combustível não inferior a 0,750 ml, com rotação máxima com mínimo de 12.500 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	40,00				3.663,03					3.550,00	3.656,50	3.623,18	144.927,20
20	PODADOR Podador para jardinagem a gasolina com baixo nível de vibração, cabo giratório de no mínimo 90º para ambos os lados, cilindrada de 22,7, potência de mínima de 0.7/1.0,	UN	3,00				1.248,90		1.058,93			3.560,00	3.832,50	2.425,08	7.275,24
21	ESCALA PINTOR EXTENSIVEL Escada extensível mista de madeira, altura de 6 m de 19 a 22 degraus.	UN	5,00				490,00			780,00		1.720,00	1.980,00	1.242,50	6.212,50
22	PLACA VIBRATORIA E COMPACTADOR PARA SOLO E ASFATO U lizado para obras de construção civil para serviços de compactação de Solo e asfalto, carcaça resistente e rolamentos de alta precisão, potência mínima do motor de 6,5 HP a gasolina, cabo isolado por coxins, rodas acopladas,	UN	2,00				6.006,67					8.377,00	8.795,85	7.726,51	15.453,02
23	PULVERIZADOR COSTAL Pulverizador Costal, manual de 18 litros com com pressão prévia com gatilho.	UN	10,00			349,00	346,44	226,82				658,17	722,80	460,65	4.606,50
24	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL Com porta acessório, mangueira de alta pressão de 8m com sistema anti-torção de trama de aço, trava de segurança e bico de alta pressão, vazão mínima de água de 580l/h, pressão mínima máxima de 110 bar, tensão nominal de 127v, potência mínima de 1,6/2,3 kw, comprimento do cabo elétrico de 5 m, garantia de 1(um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	2,00				4.024,89	2.800,00				2.889,00	3.004,56	3.179,61	6.359,22
TOTAL DO VALOR GERAL ESTIMADO													R\$ 1.305.092,57		

Dessa forma, com base na pesquisa de preços realizada conforme os parâmetros legais e regulatórios, foi possível **estimar o valor médio da contratação em R\$ 1.305.092,57 ( Um milhão trezentos e cinco mil noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos)**. Esse valor refere-se à futura aquisição, por meio de registro de preços (SRP), de equipamentos e ferramentas permanentes (motosserra, betoneira, soprador de folha, compressor de ar, perfurador de solo, triturador de galho, estação de topografia, alisadora de piso, compactador de solo, máquina de solda, motopoda, pulverizador, podador, escada, placa vibratória, lavadora de alta pressão e roçadeira articulada e roçadeira fixa), destinados à atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços prestados à população.

## **VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO;**

A solução proposta consiste na **aquisição, por meio de Registro de Preços, de equipamentos e ferramentas permanentes** destinados a atender as demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), com foco na execução eficiente das atividades de manutenção urbana, conservação de espaços públicos, infraestrutura viária e suporte técnico às equipes especializadas.

A contratação engloba a aquisição de diversos itens como motosserras, betoneiras, sopradores de folhas, compressores de ar, perfuradores de solo, trituradores de galhos, estação total de topografia, alisadoras de piso, compactadores de solo, máquinas de solda, motopodas, pulverizadores, podadores, escadas, placas vibratórias, lavadoras de alta pressão e roçadeiras (articulada e fixa).

### **1.OBJETIVO DA SOLUÇÃO**

A proposta visa dotar a SEMOSP de estrutura material suficiente para que suas equipes possam desempenhar suas funções com maior agilidade, segurança, produtividade e qualidade técnica, reduzindo a dependência de processos de locação ou aquisições emergenciais, que geralmente implicam em maiores custos e menor controle administrativo.

### **2.ABRANGÊNCIA DA SOLUÇÃO**

A solução atenderá diretamente às seguintes frentes de trabalho:

- Equipes de limpeza e jardinagem, com foco na manutenção de áreas verdes, poda de árvores e limpeza urbana;
- Equipes de manutenção de pontes e pontilhões, que necessitam de ferramentas específicas para intervenções estruturais;
- Equipes de infraestrutura e drenagem (bueiros, calçadas, ruas e sarjetas), com foco em serviços de compactação, concretagem, limpeza e topografia;
- Equipe de oficina mecânica e borracharia, para suporte na manutenção da frota e equipamentos da Secretaria.

### **3.FORMA DE EXECUÇÃO**

A aquisição se dará de forma planejada e escalonada, conforme a real necessidade e disponibilidade orçamentária, com base em Ata de Registro de Preços, que permitirá a contratação futura e eventual, sem a necessidade de novos processos licitatórios para cada demanda pontual.

### **4.RESULTADOS ESPERANDOS**

- Reforço na estrutura física da SEMOSP;
- Redução de custos operacionais com locações e manutenções corretivas;
- Otimização da força de trabalho com uso de ferramentas adequadas;
- Aumento da eficiência e da qualidade dos serviços públicos prestados à população;
- Melhoria da imagem institucional da administração pública frente à sociedade.

## **VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO;**

A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes destinados ao apoio operacional das equipes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), a ser realizada por Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP).

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e em observância aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e do desenvolvimento sustentável (art. 5º, incisos II e IV), realizou-se a análise sobre a necessidade de parcelamento do objeto e a forma de adjudicação mais vantajosa para a Administração Pública.

### **1.Divisibilidade e Coerência Técnica do Objeto**

O conjunto de bens a ser adquirido apresenta natureza divisível, uma vez que cada equipamento possui finalidade e aplicação autônoma, podendo ser adquirido de forma independente, sem prejuízo à coerência técnica da solução

global.

A divisão por itens individualizados permite atender às diferentes frentes de trabalho da SEMOSP tais como: manutenção de vias, limpeza urbana, jardinagem e apoio topográfico, assegurando adequação técnica e plena funcionalidade do conjunto de bens.

Dessa forma, o parcelamento por itens é tecnicamente justificável e administrativamente eficiente, pois garante a aquisição específica de cada equipamento de acordo com sua necessidade real, sem redundâncias ou sobreposições de finalidade.

## **2. Vantajosidade Econômica e Eficiência Administrativa**

O julgamento pelo critério de menor preço por item representa a forma mais vantajosa e eficiente de seleção da proposta, pois:

- amplia a competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em produtos específicos;
- reduz o risco de sobrepreço global, ao segmentar a disputa e possibilitar a escolha da melhor oferta para cada item;
- assegura melhor aproveitamento dos recursos públicos, em consonância com o princípio da economicidade;
- e facilita o controle patrimonial e orçamentário, permitindo o acompanhamento individualizado da execução e do consumo de cada item.

Essa opção também está alinhada ao princípio da eficiência administrativa (art. 5º, II, da Lei nº 14.133/2021), garantindo maior produtividade na execução dos serviços públicos e melhor aproveitamento dos recursos materiais adquiridos.

## **3. Alinhamento ao Princípio do Desenvolvimento Sustentável**

A licitação por item, ao ampliar a participação de fornecedores locais e regionais, inclusive micro e pequenas empresas (MPes), promove o desenvolvimento econômico sustentável e o fortalecimento do mercado local, em conformidade com o art. 5º, IV, da Lei nº 14.133/2021 e os arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

A diversificação de fornecedores também contribui para:

- redução de deslocamentos logísticos, com menor emissão de poluentes;
- diminuição do desperdício de insumos e embalagens, pela adequação das entregas;
- e maior controle ambiental sobre a origem dos produtos e resíduos gerados.

Portanto, a opção pela licitação por item materializa os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, ao mesmo tempo em que reforça o caráter inclusivo das contratações públicas.

## **4. Observância ao §1º do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021**

*Nos termos do §1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, é expressamente vedada a adjudicação conjunta de itens ou lotes distintos quando houver proposta vencedora diferente para cada um deles.*

Dessa forma, a adjudicação deverá ocorrer de forma individualizada por item, garantindo a integridade do resultado da disputa, a transparência do julgamento e o respeito à isonomia entre licitantes.

Essa observância é indispensável à regularidade do procedimento, sob pena de nulidade do ato adjudicatório, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021).

A individualização da adjudicação, portanto, assegura segurança jurídica ao certame e reforça o compromisso da SEMOSP com a gestão pública responsável e transparente.

## **5. Fundamentação Legal**

- Lei nº 14.133/2021, arts. 5º, incisos II e IV (princípios da eficiência e do desenvolvimento sustentável);
- Art. 18, §1º, VIII justificativa para o parcelamento ou não da contratação;
- Art. 40, §§1º e 2º diretrizes para parcelamento técnico e econômico;
- Art. 82, §1º vedação à adjudicação conjunta de itens ou lotes distintos;
- Lei Complementar nº 123/2006, arts. 47 e 48 incentivo à participação de micro e pequenas empresas;
- Acórdãos TCU nº 1.214/2013 e nº 2.257/2019 Plenário o parcelamento e o julgamento por item devem ser adotados sempre que técnica e economicamente viáveis.

## **Considerações Finais:**

Diante das análises técnica, econômica e jurídica, conclui-se que o parcelamento do objeto com julgamento pelo critério de menor preço por item é a forma mais vantajosa, eficiente e sustentável de conduzir a presente contratação.

Essa sistemática:

- amplia a competitividade;
- reduz custos e riscos de sobrepreço;



- favorece a participação de micro e pequenas empresas;
- garante a adjudicação individualizada por item, em conformidade com o §1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021;
- e materializa os princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento sustentável que norteiam as contratações públicas.

Assim, recomenda-se que o Termo de Referência e o edital estabeleçam expressamente:

Critério de julgamento: menor preço por item, com adjudicação individualizada, nos termos do §1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

## **IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;**

A contratação pretendida, por meio de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de equipamentos e ferramentas permanentes, tem como finalidade garantir maior eficiência operacional à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), com reflexos diretos na economicidade dos gastos públicos e no melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

### **1. Resultados esperados em termos de economicidade**

A adoção do Registro de Preços e a aquisição planejada dos itens visam:

- Evitar contratações emergenciais e compras fracionadas, que normalmente implicam em custos unitários mais elevados;
- Aproveitar a economia de escala, negociando preços mais vantajosos por meio da compra em quantidade e da padronização dos equipamentos;
- Reduzir despesas com locações temporárias, mediante a posse definitiva dos bens de uso permanente;
- Minimizar gastos com manutenção corretiva, por meio da substituição de equipamentos obsoletos por modelos novos, mais eficientes e duráveis.

### **2. Otimização dos recursos humanos**

A aquisição dos equipamentos adequados e específicos para cada tipo de serviço permitirá:

- Maior produtividade das equipes, ao disponibilizar ferramentas modernas, seguras e de fácil manuseio;
- Redução do esforço físico e do tempo gasto nas tarefas, possibilitando a realização de mais serviços em menor tempo;
- Valorização e motivação dos servidores, com melhores condições de trabalho;
- Capacitação direcionada, com padronização dos modelos e procedimentos operacionais, facilitando treinamentos e manuais técnicos.

### **3. Racionalização do uso dos recursos materiais e financeiros**

- Melhora na logística de distribuição e controle do patrimônio, com a organização dos itens por setores (jardinagem, infraestrutura, oficina, etc.);
- Planejamento orçamentário facilitado, com aquisição conforme demanda real e previsão de dotação;
- Redução de custos com reparos frequentes, retrabalho e paralisações por falta de equipamento apropriado.

A solução pretendida trará benefícios concretos à Administração Pública, com ganhos expressivos em economia de recursos, aumento da eficiência operacional e valorização do quadro de servidores. A proposta viabiliza o uso racional do orçamento municipal, promove maior retorno sobre investimento público e fortalece a qualidade dos serviços prestados à população.

## **X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL;**

10.1. Antes da celebração do contrato para Aquisição de equipamentos e ferramentas, a Administração Pública deverá adotar um conjunto de medidas estabelecidas na legislação vigente e nas normas municipais de governança das contratações públicas, em especial os Decretos nº 1.384/2024 e nº 1.385, ambos de 2024, que disciplinam o planejamento, a fiscalização e a execução contratual no âmbito do Município de Ji-Paraná.

10.1.1. O Decreto nº 1.384/2024 dispõe sobre as diretrizes para a governança nas contratações públicas, exigindo que o processo esteja alinhado ao Plano de Contratações Anual (PCA), ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e ao Termo de Referência, reforçando os princípios da integridade, economicidade, sustentabilidade e eficiência, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.2. Já o Decreto nº 1.385/2024 regulamenta a fase preparatória e operacional das contratações, determinando a estruturação adequada dos documentos técnicos, a formalização da designação dos gestores e fiscais do contrato,

bem como a capacitação específica dos servidores que atuarão na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual. Essa capacitação abrange aspectos técnicos, jurídicos e administrativos, tais como:

- Interpretação do contrato e do Termo de Referência;
- Procedimentos para recebimento provisório e definitivo de bens;
- Aplicação de penalidades;
- Registro de ocorrências no Sistema de Gestão de Contratos do Município.

10.1.3. Assim, antes da assinatura do contrato, deverão ser realizadas as seguintes providências por parte da Administração:

- Validação do Termo de Referência final, com base nas exigências legais e regulamentares aplicáveis;
- Designação formal de fiscais e gestores do contrato, publicada em ato administrativo específico;
- Capacitação dos agentes públicos envolvidos, com foco nas obrigações legais e práticas de gestão e fiscalização contratual;
- Estruturação de procedimentos internos, incluindo cronograma de recebimento, verificação de qualidade e especificações dos equipamentos e ferramentas, embalagem e armazenamento adequado e controle de estoque;
- Preparação orçamentária e logística, assegurando que a entrega parcelada ocorra conforme a demanda real da Administração da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, evitando a falta dos equipamentos necessários para atender às demandas e as dar suporte as equipes operacionais.

10.2.A adoção dessas providências garantirá que o processo de contratação e execução seja conduzido com segurança jurídica, clareza de responsabilidades e eficiência operacional, assegurando o pleno atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), com responsabilidade e transparência no uso dos recursos públicos.

## **XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;**

As contratações correlatas e/ou interdependentes são:

- Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva

Após a aquisição dos equipamentos e ferramentas, será necessária a manutenção periódica desses bens, seja por meio de oficinas credenciadas, seja por aquisição de peças e componentes. Essa contratação é complementar e tem por objetivo garantir a durabilidade e o bom funcionamento dos itens adquiridos.

- Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs)

Alguns dos equipamentos a serem adquiridos, como motosserras, roçadeiras, trituradores de galhos e perfuradores de solo, requerem o uso de EPIs específicos (luvas, capacetes com viseira, protetores auriculares, botas, etc.). Assim, é necessário manter a contratação ou fornecimento contínuo desses materiais de segurança, em atenção à legislação trabalhista e às normas de segurança do trabalho.

- Capacitação e treinamento operacional

A depender do grau de complexidade dos equipamentos adquiridos (como estações de topografia, alisadoras de piso ou máquinas de solda), pode ser demandada a contratação de serviços especializados para treinamento dos servidores que operarão os equipamentos, de forma a garantir o uso correto, eficiente e seguro.

- Aquisição de insumos e materiais de consumo

Alguns equipamentos dependem de insumos específicos para funcionamento, como:

- Óleos lubrificantes e combustíveis (para roçadeiras, motosserras, motopodas etc.);
- Eletrodos e gás para soldagem (para máquina de solda);
- Água e produtos de limpeza (para lavadoras de alta pressão); Tais itens, apesar de não serem objeto desta contratação, deverão ser previstos por meio de contratações paralelas de materiais de consumo, de forma a garantir o uso pleno dos bens permanentes adquiridos.

## **XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUINDO REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL;**

A contratação de equipamentos e ferramentas permanentes para uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) pode gerar impactos ambientais pontuais e indiretos, especialmente relacionados ao uso, armazenamento e descarte de insumos e resíduos provenientes da operação dos bens adquiridos.

1.Emissão de poluentes atmosféricos

Possível impacto: Equipamentos motorizados a combustão, como motosserras, roçadeiras, compactadores e betoneiras, podem emitir gases poluentes, contribuindo para a degradação da qualidade do ar e para o aumento das emissões de carbono.

Medida mitigadora: Priorizar, sempre que tecnicamente viável, a aquisição de equipamentos com motores mais eficientes e menor emissão, preferencialmente com selo de eficiência energética e controle de emissão. Além disso, promover manutenção preventiva periódica, a fim de garantir a combustão ideal dos motores.

## 2. Geração de resíduos sólidos e líquidos

Possível impacto: O uso contínuo de máquinas e ferramentas pode gerar resíduos como óleo lubrificante usado, filtros, peças desgastadas, embalagens de combustíveis e outros descartes técnicos.

Medida mitigadora: Realizar o destino ambientalmente adequado desses resíduos, mediante descarte em local licenciado ou encaminhamento a empresas recicladoras. Manter contrato ou parceria com empresa especializada em coleta de resíduos perigosos (classe I) para descarte de óleos e graxas.

## 3. Poluição sonora

Possível impacto: O funcionamento de alguns equipamentos, como trituradores de galho, sopradores e roçadeiras, pode causar poluição sonora, especialmente em áreas residenciais.

Medida mitigadora: Priorizar a utilização em horários compatíveis com a legislação municipal de silêncio urbano, e sempre com uso de abafadores por parte dos operadores. Quando possível, optar por modelos elétricos ou a bateria, que emitem menor ruído.

## 4. Consumo excessivo de recursos naturais

Possível impacto: A operação de determinados equipamentos pode demandar elevado consumo de combustível fóssil, água (no caso das lavadoras de alta pressão) e energia elétrica.

Medida mitigadora: Adotar boas práticas de uso consciente dos recursos, com treinamentos específicos para os servidores. Priorizar, na aquisição, equipamentos com selo Procel ou Inmetro, que garantem maior eficiência no uso de energia ou água.

## 5. Risco de contaminação do solo e da água

Possível impacto: O armazenamento inadequado de combustíveis, óleos e lubrificantes pode causar infiltrações e contaminações de corpos d'água e lençóis freáticos.

Medida mitigadora: Garantir que todo armazenamento siga normas de segurança ambiental, com uso de bacias de contenção, galpões cobertos e ventilados, e tanques apropriados, conforme orientações da ABNT e órgãos ambientais competentes.

Embora os impactos ambientais previstos sejam de pequena escala e controláveis, a adoção de boas práticas de operação, armazenamento e descarte é essencial para garantir que a contratação seja ambientalmente responsável. A SEMOSP deverá adotar todas as medidas mitigadoras recomendadas, compatibilizando a execução de suas atividades com os princípios da sustentabilidade e preservação ambiental, conforme exigido pela legislação e pelas boas práticas da Administração Pública.

## **XIII. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA;**

Diante da análise técnica realizada neste Estudo Técnico Preliminar, **conclui-se que a contratação por meio de Pregão Eletrônico, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de equipamentos e ferramentas permanentes, é a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP).**

A contratação permitirá o fortalecimento da infraestrutura pública municipal, proporcionando melhor desempenho das equipes de trabalho envolvidas nas atividades de jardinagem, manutenção de pontes e pontilhões, calçadas, bueiros, bem como da oficina mecânica e borracharia, garantindo eficiência, segurança e qualidade na execução dos serviços.

Ressalta-se que foram observados os princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade, legalidade e interesse público, com a devida justificativa técnica e econômica, análise do mercado fornecedor, estimativa de custos, definição da solução mais adequada e das medidas mitigadoras de impactos ambientais.

Por fim, recomenda-se a continuidade do processo com a elaboração do Termo de Referência e demais documentos necessários, visando a contratação de empresa(s) para o fornecimento dos itens especificados, respeitando a legislação vigente e assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos.

## **XIV. CONSULTA A ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAL QUANTO A EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO PREÇOS QUE ATENDA A NECESSIDADE APRESENTADA PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

14.1. Em atendimento aos arts. 11, inciso VI, e 82, §§1º e 6º, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à consulta formal ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços Municipal, com o objetivo de verificar a existência de Ata de Registro de Preços vigente que atendesse, total ou parcialmente, às necessidades descritas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

14.2. Após a análise das atas municipais e pesquisa complementar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), constatou-se a inexistência de ata vigente que contemple os equipamentos e ferramentas permanentes demandados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP).

14.3. Dessa forma, justifica-se a realização de novo Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com julgamento pelo critério de menor preço por item, observando o disposto no §1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que veda a adjudicação conjunta de itens distintos quando houver propostas vencedoras diferentes.

A medida atende aos princípios da eficiência, economicidade e do desenvolvimento sustentável, assegurando planejamento, racionalidade administrativa e vantajosidade na futura contratação.

## XV. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudos Preliminares, que a contratação:

[ X ] é viável      [   ] não é viável

Ji-Paraná-RO, Janeiro de 2026.

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente por **JEANNE OJOPI SOARES, Auxiliar Administrativo**, em 23/01/2026 às 13:00, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALQUIRIA RODRIGUES LUZ DE ANDRADE, Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**, em 26/01/2026 às 09:27, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br), informando o ID **2365912** e o código verificador **94C9817E**.

Referência: [Processo nº 1-4536/2025](#).

Docto ID: 2365912 v1

**ANEXO II – CARTA PROPOSTA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 4536/2025 - SEMOSP**

**OBJETO:** Registro de Preços para a aquisição de equipamentos e ferramentas (motosserra, betoneira, soprador de folha, compressor de ar, perfurador de solo, triturador de galho e outros), necessários para atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.

**Ao (À)**

**PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO - PMJP/RO**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
<b>ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS</b>					
1.	SOPRADOR DE FOLHAS, PROFICIONAL, A GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: SOPRADOR DE FOLHAS, PROFISSIONAL, A GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: Capacidade do tanque de combustível de no mínimo 0,40 litros – Cilindrada míni ma de 27,2cm <sup>3</sup> - Peso de aproximada mente 4,5 kg – Velocidade do ar de 80 (m/s) - Rotação de 2.500 e máxima com mínimo de 7.500 rpm, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UND	20	1.315,83	26.316,60
<b>ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>					
2.	COMPRESSOR DE AR 120 PÉS - COMPRESSOR DE AR 120 PÉS Compressor de ar 120 pés Motor de: 30 hp trifásico Tensão: 380/660V Vazão de: 120 pcm (3398 L/min) Pressão máxima de: 175 PSI (12,07 bar) Reservatório de: 500 litros	UND	3	71.313,38	213.940,14
<b>ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS</b>					
3.	COMPRESSOR DE AR 40 PÉS - COMPRESSOR DE AR 40 PÉS Compressor de Ar de 40 Pés, Tensão: 220/380V Pressão de igual ou superior a 175 lb , Volume do Reservatório: 250L N° de Estágios: 2 N° de Pistões: 2-L	UND	3	24.654,69	73.964,07
4.	SOPRADOR DE FOLHAS GASOLINA - SOPRADOR DE FOLHAS GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: Potencia Mínima (KW/cv) 3.2 / 4.4, Volume de ar (m³/h) 625 / 2025m³, cilindrada de 79,9 cm³,peso de 10,6 kg, rotação máxima com mínimo de 2500 rpm, Força de sopro (n) 41 com cintas costais acolchoada s, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de	UND	10	2.999,50	29.995,00

	Rondônia				
5.	PERFURADOR SOLO - com as seguintes características Potência 52cc, Potencia de Saída avaliada: 1,5kw, Velocidade de saída avaliada 9000: 500 rpm, Velocidade de saída avaliada 3000: 200 rpm, Capacidade Tanque: 1,2 L, Dimensões Da Broca: 80 X 20cm, Combustível: Gasolina, Tipo Motor: 2 Tempos	UND	4	3.590,00	14.360,00
<b>ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>					
6.	TRITURADOR DE GALHOS - TRITURADOR DE GALHOS Motor: 40-60 CV, Velocidade de Rotação: 1500 RPM, Número de Facas: 03 Und, Sistema de Corte: Disco, Capacidade de Corte: 230 (9) mm, Produção: de 12 m³/h a 18 m³/h.	UND	1	356.250,00	356.250,00
<b>ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS</b>					
7.	ESTAÇÃO DE TOPOGRAFIA - com as seguintes características, Medição de ângulo: Resolução mínima/precisão 2"/5", Unidade mínima de leitura 1"/5" (0.0002/0.01gon, 0.005/0.02 mil), Compensador líquido de eixo duplo, Faixa de compensação: ±6' Compensação da colimação On/Off (selecionável); Medição de distância: Alcance com prisma 4.000m Alcance sem prisma 500m, Precisão com prisma 1.5mm + 2 ppm, Precisão sem prisma 2.0mm + 2ppm (0.2 – 200m) Tempo de medição Fino: 0,9 seg, Rápido: 0,6 seg Rastreo: 0,4 seg Comunicação Bluetooth classe 1,5, Alcance até 10m Memória Flash USB (Máx 32GB); Serial RS232C, USB2.0 (Tipo A para memória USB). Geral – Display LCD, 192 x 80 pontos, Iluminação (On/Off) (Selecionável) / Teclado alfanumérico/ 28 teclas com iluminação, Autonomia de bateria Até 14 horas, Proteção contra poeira / água IP66 Temperatura de operação 20°C até 60°C. acompanhado 02 bastão telescópio de 3,5M e 28mm de diâmetro com rosca, tripé de alumínio com trava rápida na parte superior e trava de trava na inferior, prisma circular 64mm com garfo de metal e alvo articulável e guarda sol topográfico.	UND	1	15.966,67	15.966,67
<b>ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>					
8.	ALISADORA DE PISO - com as seguintes características, Motor 4tempo, potencia 5,5hp, combustível a gasolina, capacidade de tanque 3,6l, diâmetro de trabalho 914mm, dimensão de laminas 340x150mm, rotação de trabalho 50 a 100rpm, peso 85kg.	UND	6	10.272,95	61.637,70
<b>COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 08 – RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/MEI</b>					
9.	ALISADORA DE PISO - com as seguintes características, Motor 4tempo, potencia 5,5hp, combustível a gasolina, capacidade de tanque 3,6l, diâmetro de trabalho 914mm, dimensão de laminas 340x150mm, rotação de trabalho 50 a 100rpm, peso	UND	2	10272,95	20.545,90

	85kg.				
10.	COMPACTADOR DE SOLO A GASOLINA - COMPACTADOR DE SOLO A GASOLINA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS, Tipo: Monocilíndrico, 4 Tempos, refrigerado a ar, - Combustível: Gasolina COMU M, Potência nominal: 6,5 HP, Compactação por batida: 40-65mm, Placa Compactadora para adensamento da terra: 30x28 cm , Força de impacto: 12 KN, Tanque de combustível: mínimo de 2,5 L, Sistema de partida: Manual retrátil.	UND	6	8.400,00	50.400,00
11.	ROÇADEIRA FIXA PARA TRATOR - ROÇADEIRA FIXA PARA TRATOR Roçadeira confeccionadas em aço de alta resistência transmissão rotação para giro facas com altura de corte mínimo de 60 mm, largura do corte 1680 mm com 02 facas com rotação mínima de 940 rpm. Largura de 2 mt, altura de 1,20mt. Rotação da tomada de potência 540 rpm.	UND	1	21.315,94	21.315,94
12.	ROÇADEIRA ARTICULADA PARA TRATOR - ROÇADEIRA ARTICULADA PARA TRATOR Roçadeira hidráulica articulada, nova, ano e modelo 2024 ou superior, acoplável a trator agrícola pelo sistema hidráulico três p ontos, acionada por tomada de força com no mínimo 540 rpm compatível para ser acoplada em trator de 59 a 120 cv, com v álvula de alívio para proteção anti navalhas, largura de corte no mínimo 1,5 metros, sistema de corte com 02 facas com rotaç ão mínima de 1050 rpm, alcance mínimo de corte 4.8 a 5,8 metros na altura, altura mínima de corte de 20 mm, peso total do equipamento no máximo 1.200 kg, possibilidade de operação nos planos horizontal, vertical, aclave e declive, velocidade de op eração de 3 km/h ou superior, roda de apoio traseira, com comando por joystick.	UND	1	70.000,00	70.000,00
13.	MOTOSSERRA COM CILINDRADA DE 72,2 CM <sup>3</sup> , POTENCIA MAXIMA DE 3,9 KW A 5,3 CV,PESO DE ATE 6,2KG SEM CONJUNTO DE COR TE,ACOMPANHADO DE SABRE DE 50CM CORRENTE DE 3/8,TANQ UE DE COMBUSTIVEL NAO INFERIOR A 680ML ROTAÇÃO MAXIMA DE 12,500 RPM,GARANTIA DE 1 ANO,ASSISTENCIA TECNICA NO E STADO DE RONDONIA - MOTOSSERRA Com cilindrada de 72,2 cm <sup>3</sup> , potência máxima de 3,9 kw a 5,3 cv, peso de até 6,2kg sem conjunto de corte, acompanhado de sabre de 50cm corrente de 3/8, tanque de combustível não inferior a 680ml, mínimo de rotação máxima de 12,500 rpm, garant ia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UN	10	3.507,65	35.076,50
14.	BETONEIRA 2HP, MOTOR ELETRICO 220V -	UN	9	5.187,32	46.685,88



	BETONEIRA 2HP, MOTOR ELÉTRICO 220V Betoneira 2hp, frequência 60hz, capacidade do tambor de 400 lt, capacidade de mistura de 280 a 310 lt, rotação do motor de 1750 rpm (indicada para mistura de concreto na construção civil, possui rodas maciças, cavalete em tubo retangular e suporte do tambor em tubo retangular, motor elétrico 220v.				
15.	MAQUINA DE SOLDA MIG - MAQUINA DE SOLDA MIG: COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS Tensão de Alimentação: 3Ø - 220/380/440V (+/-10%), Frequência de Alimentação: 50/60Hz, Faixa de Corrente: 50 – 400A, Faixa de Tensão: 17 - 34V, Tensão em Vazio: 18 - 45VD c, Cargas Autorizadas: 400A / 34V @ 60%. , Níveis de Tensão: 30, Potência: 19,9kVA, Velocidade do Arame: 1 - 19m/min, Pe so máximo do rolo de arame: 18kg, Diâmetro máximo do rolo de arame: 300mm, Diâmetro do Arame: Sólido 0,6 - 1,6mm, Alu mínio 0,8 - 1,6mm, Tubular 0,9 - 1,6mm, Fusível Recomendado: 60A 220V / 40A 380V / 30A 440V, Classe de Proteção: IP 21 S, Dimensões (L x C x A): 620 x 1080 x 950mm, Peso 150kg.	UN	1	24.161,75	24.161,75
16.	MOTOSSERRA COM CILINDRADA DE 30.1 CM³ POTENCIA MAXIMA DE 1.3 KW - MOTOSSERRA COM CILINDRADA DE 30.1 CM³ POTENCIA MAXIMA DE 1.3 KW Com cilindrada de 30.1 cm³ potência máxima de 1.3 kw a 1.7 cv, peso até 4.0 kg sem conjunto de corte acompanhado de sabr e de 30 cm, corrente de 3/8, tanque de combustível não inferior a 250ml, mínimo de rotação máxima de 14.000 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	5	1.110,45	5.552,25
17.	MOTOSERRA COM CILINDRADA DE 91.1 CM³ POTENCIA MAXIMA DE 5,4 KW/CV - MOTOSERRA Com cilindrada de 91.1 cm³ potência máxima de 5,4 kw/cv, peso de até 7.4, sem conjunto de corte, acompanhado de sabre de 75 cm, corrente de 3/8 tanque de combustível não inferior a 0,850 ml, mínimo de rotação máxima de 14000 rpm. garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UN	5	5.032,50	25.162,50
18.	MOTOPODA COM CILINDRADA DE 36,3 CM³ POTENCIA MAXIMA DE 1.4 KW - MOTOPODA COM CILINDRADA DE 36,3 CM³ POTENCIA MAXIMA DE 1.4 KW, PESO ATE 7.2 KG, SABRE DE 30 CM, CO RRENTE DE 3/8, TANQUE NOA INFERIOR A 530ML, ROTAÇÃO MAXIMA DE 9.500 EPM COM EIXO TELESCOPICO QUE AJUSTA O COMPIMENTO DA HASTE EM ATÉ 3,9 MTS, GARANTIA DE 1 ANO, ASSISTENCIA TECNICA NO ESTADO DE RONDONIA	UN	3	3.475,96	10.427,88



19.	PULVERIZADOR COM CILINDRADA DE 56,5 CM <sup>3</sup> , POTENCIA MAXIM A DE 2,6 KW A 3,5 - PULVERIZADOR Com cilindrada de 56,5 cm <sup>3</sup> , potência máxima de 2,6 kw a 3,5 dim-os peso 11,1 kg, distância de pulverização horizontal míni ma de 12 mts e na vertical 11,5, volume de recipiente de 13 lts, rotação máxima com mínimo de 7.250rpm, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UN	3	3.660,13	10.980,39
<b>ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>					
20.	ROÇADEIRA A GASOLINA, 2,3 CV, COM CILINDRADA DE 37,7 CM <sup>3</sup> - ROÇADEIRA A GASOLINA, 2,3 CV, COM CILINDRADA DE 37,7 CM <sup>3</sup> Profissional a gasolina com motor 02 tempos, com cilindrada de 37,7 cm <sup>3</sup> potência mínima máxima de 1,7kw/2,3 cv, peso de 7,7 kg, tanque de combustível não inferior a 0,750 ml, com rotação máxima com mínimo de 12.500 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	30	3.527,07	105.812,10
<b>COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 20 – RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/MEI</b>					
21.	ROÇADEIRA A GASOLINA, 2,3 CV, COM CILINDRADA DE 37,7 CM <sup>3</sup> - ROÇADEIRA A GASOLINA, 2,3 CV, COM CILINDRADA DE 37,7 CM <sup>3</sup> Profissional a gasolina com motor 02 tempos, com cilindrada de 37,7 cm <sup>3</sup> potência mínima máxima de 1,7kw/2,3 cv, peso de 7,7 kg, tanque de combustível não inferior a 0,750 ml, com rotação máxima com mínimo de 12.500 rpm, garantia de 1 (um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UN	10	3.527,07	35.270,70
<b>ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI E EQUIPARADAS</b>					
22.	PODADOR – PODADOR Podador para jardinagem a gasolina com baixo nível de vibração, cabo giratório de no mínimo 90° para ambos os lados, cilindrada de 22,7, potência de mínima de 0.7/1.0, comprimento de corte de 60 cm, comprimento total de 120 cm rotação de trabalho mínima de 3,200 rpm, tanque não inferior a 460ml, garantia de 1 ano, assistência técnica no estado de Rondônia	UM	3	2.458,58	7.375,74
23.	ESCADA PINTOR EXTENSIVEL – ESCADA PINTOR EXTENSÍVEL Escada extensível mista de madeira, altura de 6 m de 19 a 22 degraus	UM	5	1.142,28	5.711,40
24.	PLACA VIBRATORIA E COMPACTADOR PARA SOLO E ASFATO – PLACA VIBRATORIA E COMPACTADOR PARA SOLO E ASFATO Utilizado para obras de construção civil para serviços de compactação de Solo e asfalto, carcaça resistente e rolamentos de alta precisão, potencia mínima do motor de 6,5 HP a gasolina, cabo isolado por coxins, rodas acopladas,	UM	2	7.168,38	14.336,76
25.	PULVERIZADOR COSTAL – PULVERIZADOR	UM	10	577,18	5.771,80

	COSTAL Pulverizador Costal, manual de 18 litros com compressão prévia com gatilho.				
26.	LAVADORA DE ALTA PRESSAO PROFISSIONAL – LAVADORA DE ALTA PRESSÃO PROFISSIONAL Com porta acessório, mangueira de alta pressão de 8m com sistema anti-torção de trama de aço, trava de segurança e bico d e alta pressão, vazão mínima de água de 580 l/h, pressão mínima máxima de 110 bar, tensão nominal de 127v, potência mínima de 1,6/2,3kw, comprimento do cabo elétrico de 5 m, garantia de 1(um) ano, assistência técnica no estado de Rondônia.	UM	2	2.267,09	4.534,18
<b>Valor total estimado para todos os itens.....</b> (um milhão duzentos e noventa e um mil quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos)					<b>1.291.551,85</b>

**Observações:**

- Nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, os itens **2, 6, 8 e 20** são destinados para **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, os itens **9 e 21** são **COTA de até 25% RESERVADOS à PARTICIPAÇÃO DE ME/MEI/EPP** e os itens **1, 3-5; 7, 10-19 e 22-26** são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/MEI/EPP** e equiparadas.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.
- As licitantes deverão apresentar catálogo, folder, ficha técnica ou declaração do fabricante contendo as especificações dos equipamentos ofertados, que permitam a verificação pelo setor requisitante da conformidade dos produtos ofertados com as exigências desse Anexo II.

**Prazo de validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias (mínimo).

**Local/ Forma de entrega:** Conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

(Local) ....., de .....

.....  
(Assinatura do representante legal e carimbo)

**ANEXO III**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)**

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
  - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores.**

**2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)**

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

**3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)**

- 3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, caso não conste o prazo de validade expresso na própria Certidão.
  - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
  - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

**3.2.1.** As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **ateste o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**) e Solvência Geral (**SG**) **superiores a 1**.

**3.2.2.** Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social no mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**3.2.3.** Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

**3.2.4.** As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

**3.2.5.** O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

## **1. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**1.1. Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**1.2.** A comprovação se dará mediante a apresentação de no mínimo um **ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, independentemente da quantidade.

**1.3.** O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

**1.3.1.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**1.4. Para comprovação completa da capacidade técnica para fornecimento do objeto do presente certame, a licitante deverá atender as exigências técnicas previstas no item 15.4 e subitens do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.**

## **2. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**2.1.** Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa.

**ANEXO III – A**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a)** atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c)** suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d)** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g)** está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **www.ji-parana.ro.gov.br**
- h)** no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j)** não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k)** está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l)** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais,

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**Obs:** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.**

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



ANEXO IV  
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº .....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE  
JI-PARANÁ, E A  
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é o fornecimento de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**1.3.5.** O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do (a) ....., na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**1.4.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**1.5.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (*ou*) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

**1.6.** O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

**1.7.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**1.8.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**1.9.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

**1.10.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do..... (*índice descrito no Termo de Referência*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**1.11.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**1.12.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**1.13.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**1.14.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**1.15.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**1.16.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**1.17.** São obrigações do Contratante:

**1.18.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**1.19.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**1.20.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**1.21.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**1.22.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**1.23.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**1.24.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**1.25.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**1.26.** A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**1.27.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.



**1.28.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**1.29.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**1.30.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**1.31.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

**1.32.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**1.33.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**1.34.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**1.35.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**1.36.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**1.37.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**1.38.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**1.39.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**1.40.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**1.41.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**1.42.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**1.43.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**1.44.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**1.45.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**1.46.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**1.47.** Não haverá exigência de garantia contratual (ou) A exigência de garantia contratual da execução será a ..... *(conforme descrito no Termo de Referência).*

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**1.48.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**1.49.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV. Multa:**

1. Moratória de ....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

**1.50.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**1.50.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.50.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**1.50.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.50.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**1.51.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**1.52.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**1.53.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**1.54.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.55.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.56.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**1.57.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**1.58.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**1.59.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**1.59.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**1.60.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**1.60.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**1.60.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**1.60.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**1.61.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1.61.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.61.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.61.3.** Indenizações e multas.

**1.62.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.63.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**1.64.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**1.64.1.** Fonte de Recursos:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**1.65.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**1.66.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.67.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**1.68.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.69.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**1.70.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

**1.71.** As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

*Prefeito do Município de Ji-Paraná*

---

*Secretário/Presidente*

---

*Representante legal do Contratado*

---

*Procurador Geral do Município*

**TESTEMUNHAS:**

1-  
2-

**ANEXO V**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos \_\_(\_\_\_\_) dias do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e \_\_, às \_\_ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n° ...../202...., publicada no ..... de ..../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>CNPJ n</b> <b>Empresa:</b>						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Fornecimento	Quantidade e Total	Quantidade e Ofertada	Valor Unitário	Valor Total do Fornecedor
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> <b>Modelo / Versão:</b> <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b>						
<b>Marca:</b> <b>Fabricante:</b> <b>Modelo / Versão:</b> <b>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:</b>						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



### **3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)**

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão).....

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....** e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link [Portal de Serviços \(ji-parana.ro.gov.br\)](http://portal.de.servicos(ji-parana.ro.gov.br)), o qual será disponibilizado via e-mail pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s)  
registrado(s)*

**ANEXO V - A**

**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário**:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total